

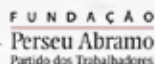
VOLUME 1

POR UM BRASIL JUSTO E DEMOCRÁTICO

MUDAR PARA SAIR DA CRISE
ALTERNATIVAS PARA O BRASIL VOLTAR A CRESCER



Documento elaborado por iniciativa de:



POR UM BRASIL JUSTO E DEMOCRÁTICO

MUDAR PARA SAIR DA CRISE

ALTERNATIVAS PARA O BRASIL VOLTAR A CRESCER

Volume I
Setembro 2015

Documento elaborado por iniciativa de:

Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil e Rede Desenvolventista



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
I. AJUSTE RECESSIVO: APROFUNDANDO AS DESIGUALDADES E INTERDITANDO O DESENVOLVIMENTO.....	16
1. ANTECEDENTES DO AJUSTE	16
1.1 A CRISE DA DÉCADA DE OITENTA E A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL DOS ANOS DE 1990	
1.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO APÓS 25 ANOS	
1.3 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS	
1.4 A HEGEMONIA LIBERAL NA NARRATIVA DOS FATOS ECONÔMICOS	
1.5 CENÁRIO INTERNO	
1.6 “CRISE” AMPLIFICADA PELO “TERRORISMO”	
2. CRÍTICAS AO AJUSTE	39
2.1 RACIONALIDADE DO AJUSTE	
2.2 COMPOSIÇÃO INADEQUADA	
2.3 PREMISSAS IRREAIS	
2.4 PRIMEIROS RESULTADOS	
II. REFORMAS CONSERVADORAS: DESTRUINDO AS PONTES PARA O FUTURO.....	47
III. AGENDA DO CURTO PRAZO: MUDAR PARA SAIR DA CRISE.....	50
1. PRESERVAR O EMPREGO E A RENDA	50
2. DESARMAR A ARMADILHA RECESSIVA.....	50
3. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL	51
3.1. REGIME FISCAL: ESTABELECEER “BANDAS” E PRAZOS MAIS AMPLOS	
3.2. RETIRAR OS INVESTIMENTOS DO CÁLCULO DA META DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO	
3.3. ALTERAR O ANO CALENDÁRIO DO REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO (RMI)	
3.4. CALCULAR A INFLAÇÃO PELO NÚCLEO DE PREÇOS	
3.5. AMPLIAR O DEBATE SOBRE AS CAUSAS DA INFLAÇÃO E OS INSTRUMENTOS PARA COMBATÊ-LA	
3.6. ESTABELECEER O DUPLO MANDATO DO BANCO CENTRAL: ESTABILIDADE DE PREÇOS E EMPREGO	
3.7. REGULAR O MERCADO DE CÂMBIO	

4. BAIXAR OS JUROS	54
5. RECOMPOR A CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO ESTADO	55
5.1 REVISÃO DA POLÍTICA DE RENÚNCIAS FISCAIS	
5.2. REORGANIZAR O ESTADO PARA COMBATER A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS	
5.3. REFORMAR A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E PROMOVER A JUSTIÇA FISCAL	
6. DESTRAVAR OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS.	57
7. FORTALECER O MERCADO INTERNO	57
8. PRESERVAR OS GASTOS SOCIAIS	58
REFERENCIASBIBLIOGRÁFICAS.....	59

UM DOCUMENTO EM CONSTRUÇÃO

Construir um Brasil justo e democrático requer consensos em torno de um projeto de desenvolvimento nacional. Este documento apresenta subsídios nesse sentido e alerta que o ajuste regressivo em curso não caminha nessa direção.

Sua elaboração se deu a partir dos debates realizados em seis reuniões que contaram com a participação de mais de uma centena de especialistas (economistas, cientistas políticos, urbanistas, educadores e sanitaristas, dentre outros). Foram produzidos dezenas de artigos sobre temas diversos que serviram de base para a consolidação dos subsídios aqui apresentados.

Em razão do seu caráter colaborativo, os resultados são preliminares e incompletos, como não poderia deixar de ser. Muitos temas relevantes não foram contemplados e outros não puderam ser aprofundados. Trata-se, portanto, de um documento em construção. O que apresentamos neste texto é uma síntese das discussões e propostas elaboradas até o momento. O objetivo foi dar o primeiro passo. Espera-se que esse esforço suscite debates, críticas e novas contribuições capazes de suprir lacunas e aperfeiçoar os subsídios apresentados.

A iniciativa é um convite para o debate amplo, plural e suprapartidário com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, organizações da sociedade civil e personalidades do campo progressista mobilizados pela defesa da democracia, da legalidade, dos direitos sociais e civis e pela mudança imediata dos rumos da política econômica.

Brasil Debate

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento

Fórum 21

Fundação Perseu Abramo

Le Monde Diplomatique Brasil

Plataforma Política Social

Rede Desenvolvimentista

APRESENTAÇÃO

A lógica que preside a condução do ajuste é a defesa dos interesses dos grandes bancos e fundos de investimento. Eles querem capturar o Estado e submetê-lo a seu estrito controle, privatizar bens públicos, apropriar-se da receita pública, baratear o custo da força de trabalho e fazer regredir o sistema de proteção social. Para alcançar estes objetivos restringem as demandas por direitos e a capacidade de pressão dos trabalhadores.

O ajuste fiscal em curso está jogando o país numa recessão, promove a deterioração das contas públicas e a redução da capacidade de atuação do Estado em prol do desenvolvimento. Mais grave é a regressão no emprego, salários, no poder aquisitivo das famílias, nas políticas sociais.

Ao deteriorar o ambiente econômico e social, enfraquece o governo democraticamente eleito e amplifica a crise política e as ações antidemocráticas e golpistas que estão em curso, seguindo o roteiro traçado nos antecedentes da campanha eleitoral de 2014 para desconstruir os méritos do governo e evitar sua vitória. Derrotados nas urnas, exigem a renúncia e tramam o impedimento.

Com chantagens e ultimatos, impõem a capitulação em favor do projeto que despreza o futuro do país e, unicamente, preserva a riqueza financeira.

Para esses setores, as demandas sociais da democracia, represadas por mais de cinco séculos, “não cabem no orçamento”. Pregam a “revisão do pacto social da redemocratização”. Querem retroceder a cidadania social conquistada pela Constituição Federal de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro. Exigem o “choque de austeridade” para cortar os gastos em saúde e educação, mas calam-se diante do fato de que a relação dívida bruta/PIB cresceu quatro pontos percentuais nos últimos de seis meses (de 59% para 63% do PIB), em função dos juros escorchantes— essa sim, uma irresponsabilidade sem precedentes.

Diversos segmentos progressistas que têm manifestado preocupação com a gravidade da situação política e econômica atual e procuram mobilizar-se para defender as conquistas sociais dos últimos anos, começam a discutir a necessidade de uma nova Frente Política que sirva como contrapeso ao golpismo em curso. Essas distintas forças não estão orientadas pela estratégia específica dos partidos políticos, articulam-se fora do âmbito decisório das suas direções.

Este documento sublinha que a opção macroeconômica adotada em 2015 tem sua origem em uma disputa ideológica travada no período pré-eleitoral onde o “terrorismo” econômico (representado pela equivocada interpretação liberal da “crise”) foi vitorioso na narrativa dos fatos, promovendo as bases para a adoção de um ajuste recessivo que caminha na direção oposta da construção de um país menos desigual.

Alerta-se que a raiz dos problemas atuais reside na crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos e, secundariamente, nos erros na condução doméstica.

O documento sublinha que o diagnóstico liberal acerca da deterioração dos fundamentos econômicos (até 2014) não se sustenta. A inflação não estava “fora do controle” e diversos indicadores socioeconômicos permaneceram satisfatórios na comparação internacional e em relação ao início da década de 2000. Nem no campo fiscal, alvo preferencial do ataque dos liberais, se observa uma crise do tamanho da propaganda.

Assim, com base em diagnósticos ideológicos equivocados, a racionalidade do ajuste recessivo iniciado em 2015 é a defesa dos interesses rentistas. Num contexto internacional adverso e de desaceleração cíclica da economia doméstica,

não há razões lógicas para crer que uma recuperação das contas públicas irá aumentar a confiança dos empresários. Os primeiros resultados confirmam o cenário alertado por diversos especialistas desde o final de 2014 e início de 2015.

As “reformas estruturais” que estão sendo implantadas e propostas pelos bancos e fundos de investimento, e acolhidas pelo Congresso Nacional e pelo Executivo Federal, representam uma modernização econômica conservadora que começam já a destruir os instrumentos institucionais e financeiros necessários para um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como o proposto no volume II deste documento.

Mudar os rumos da economia e retomar o crescimento econômico é o mote que vai permitir a retomada dos diálogos entre as forças políticas que serviram de base de sustentação ao projeto progressista nos últimos anos, e estabelecer alianças e pactos entre distintos atores da nossa sociedade em prol do desenvolvimento que defendemos.

A quem se dirige este documento? Aos setores organizados da classe trabalhadora; às entidades, associações e movimentos sociais que se organizam para a defesa de direitos e da cidadania; às entidades de representação de todos os setores comprometidos com o processo civilizatório, a democracia, a liberdade, a igualdade e a solidariedade; aos empresários engajados na construção de um modelo de desenvolvimento que, inovando, reconstrua as bases produtivas do país em patamares avançados e sustentáveis social e ambientalmente; aos partidos e setores progressistas do Congresso nacional; por fim, ao governo e aos parlamentos, que como representantes eleitos pela sociedade civil, são parte indispensável do processo democrático.

As soluções para o impasse atual passam pelo fortalecimento da democracia e o respeito à Constituição de 1988, contra as iniciativas golpistas, por políticas para assegurar a universalização de direitos.

Saudamos a criação da Frente Brasil Popular (articulação de movimentos, entidades, associações, sindicatos e partidos do campo progressista), a criação do Fórum 21, e outras iniciativas que abrem perspectivas promissoras para a construção de uma aliança contra a ofensiva do poder financeiro.

O momento é de criação de novos espaços para debater e aglutinar distintas forças sociais. Para isso propomos a criação de um Fórum de Desenvolvimento, onde esperamos contar também com entidades patronais convidadas para o diálogo.

A visão de curto prazo apresentada aqui tem por objetivo propor medidas concretas e urgentes para sairmos da crise (Volume I). Num segundo documento queremos discutir um projeto de desenvolvimento nacional voltado para a formação de uma sociedade civilizada, democrática e socialmente justa (Volume II).

SUMÁRIO EXECUTIVO

I - AJUSTE RECESSIVO: APROFUNDANDO AS DESIGUALDADES E INTERDITANDO O DESENVOLVIMENTO

1. ANTECEDENTES DO AJUSTE

A economia brasileira ficou estagnada por mais de 25 anos: nos anos de 1980, em função da crise da dívida externa; e, nos anos de 1990, em função do receituário neoliberal, que não promoveu o crescimento e fez com que a dívida pública líquida em relação ao PIB dobrasse em oito anos (de 30 para 60% do PIB entre 1994 e 2002).

Num contexto internacional favorável, a partir de meados da década passada, o Brasil voltou a crescer. O aumento das receitas governamentais contribuiu para a melhoria das contas externas e internas. A melhor articulação entre políticas econômicas e sociais concorreu para a melhora dos indicadores de distribuição da renda do trabalho, mobilidade social, consumo das famílias e redução da miséria extrema.

A crise financeira internacional de 2008, “a maior crise do capitalismo desde 1929”, alterou este cenário, trazendo abalo na confiança, destruição da riqueza, paralisação do crédito e contração da atividade em quase todo o globo. A queda dos preços das commodities, a crise do comércio internacional e o acirramento da competição capitalista, afetaram as contas externas dos países periféricos.

Alerta-se que a raiz dos problemas atuais reside na crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos e, secundariamente, dos erros na condução doméstica.

A HEGEMONIA LIBERAL NA NARRATIVA DOS FATOS ECONÔMICOS.

Para os economistas liberais brasileiros o mundo caminhou bem entre 2009 e 2014 e os problemas econômicos são frutos exclusivos dos erros de gestão da política nacional.

Esse diagnóstico, vitorioso na narração dos fatos econômicos, celebra diversos “fracassos” e traz de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros.

Na verdade, a “ciência” econômica foi contaminada pela questão eleitoral. Era preciso desconstruir o governo, derrotar sua candidata e afastar o “fantasma Lula” em 2018. O “terrorismo” econômico intensificou-se com a proximidade das eleições.

Não se pretende fazer uma defesa da estratégia econômica adotada entre 2011-2014, que apresentou erros importantes em sua elaboração e execução. Esses erros domésticos são secundários diante da gravidade da crise financeira internacional de 2007-2008 e seus desdobramentos.

Em um mundo em crise, uma economia em desaceleração cíclica, com sua estrutura produtiva dilacerada pela avalanche de importações (alimentada por um câmbio historicamente valorizado), um cenário de profunda incerteza política e o avanço das investigações sobre corrupção alcançando o setor privado, podemos explicar a desaceleração da economia brasileira sem apelar para o debate puramente ideológico acerca do fracasso da tal “nova matriz macroeconômica”.

“CRISE” AMPLIFICADA PELO “TERRORISMO” ECONÔMICO

O diagnóstico liberal acerca da deterioração dos fundamentos econômicos não se sustenta.

A taxa de inflação não estava “fora do controle” e esteve próxima do patamar verificado em outras economias emergentes.

Nos últimos doze anos, o Brasil gerou expressivos superávits primários. Entre 2004/2013, a média anual foi de 3% do PIB e entre 2011/2013, essa média caiu ligeiramente (2,5% do PIB).

No caso do resultado nominal, o déficit entre 1999/2003 foi, em média de 5,6% do PIB. Entre 2004/2013 essa média cai pela metade (2,9% do PIB); e, no triênio 2011/2013 permanece nesse patamar (2,8% do PIB).

É em 2014 que os resultados primário e nominal pioram (respectivamente 0,6% e 6,7% do PIB), refletindo, em grande medida, o cenário externo desfavorável.

Mas na comparação internacional, o esforço fiscal brasileiro não se encontra desajustado. Os países desenvolvidos e as economias emergentes incorreram em expressivos déficits primários durante o período 2009-2014.

O déficit nominal brasileiro também não estava fora da média mundial até 2014. A diferença é que a maior parte destas economias apresentam taxas de juros civilizadas.

O verdadeiro desajuste brasileiro está nas contas de juros, essas sim completamente descoladas da realidade global.

A dívida pública líquida em relação ao PIB caiu de forma contínua até 2013 (31,5% do PIB) e elevou-se ligeiramente em 2014 (34,4%).

A dívida bruta também não está descolada da realidade internacional pós-crise internacional e não se apresentava (até 2014) com uma trajetória insustentável.

Entre 2007-2013, em geral, o ritmo do crescimento brasileiro foi superior à média mundial – embora tenha se desacelerado progressivamente a partir de 2010.

Entre 2011 e 2014, os indicadores do mercado de trabalho permaneceram muito satisfatórios na comparação internacional. Ao contrário do que se observa em grande parte dos países desenvolvidos, a taxa de desemprego no Brasil seguiu trajetória de queda nessa quadra.

A “crise terminal” da economia professada pelos liberais militantes também não encontra respaldo nos indicadores sobre o Risco Brasil.

Durante o primeiro Governo de Dilma Rousseff, diversos indicadores externos mantiveram a trajetória positiva observada desde 2002 (reservas internacionais líquidas, dívida externa pública bruta em porcentagem do PIB e dívida externa pública líquida em porcentagem do PIB, por exemplo).

A situação nas transações correntes era mais preocupante, devido ao nosso longo período de valorização cambial, que juntamente a queda nos preços das commodities, num cenário internacional adverso, afetou o setor externo brasileiro.

Apesar de apresentar uma deterioração de alguns indicadores entre os anos de 2013 e 2014, o Brasil não apresentava, sob nenhum aspecto considerado, um cenário de crise, que exigisse tamanho sacrifício da população.

2. CRÍTICAS AO AJUSTE

Na contramão da opinião de economistas de diferentes matizes, os porta-vozes dos bancos e dos fundos de investimento defendem que a volta da “credibilidade” do governo junto aos agentes econômicos depende de austeridade fiscal e monetária, exigindo juros mais altos e maior destinação de impostos para o pagamento da dívida pública.

Defendem também que a única saída para a redução dos preços passa pela desaceleração do mercado de trabalho, o que implica em desemprego, redução do salário real e menores pressões inflacionistas.

Os defensores do ajuste vendem a ilusão de que ele é parte de uma estratégia de “retomada do crescimento econômico”. A recuperação do superávit primário contribuiria para reduzir os juros de longo prazo, promovendo uma retomada da “confiança empresarial”, incentivando o investimento e, por consequência, o crescimento.

Na verdade, a racionalidade do ajuste é preservar a riqueza financeira e promover mudanças na correlação de forças entre capital e trabalho, em detrimento dos assalariados.

Decidiu-se apostar em cortes nos gastos e investimentos públicos em um cenário de receitas em vez de apostar em uma estratégia de ampliação das receitas através da retomada do crescimento econômico, redução dos gastos com juros, realização de reforma tributária, revisão de incentivos fiscais e combate à sonegação e evasão de receitas.

Num contexto internacional adverso e de desaceleração cíclica da economia doméstica, não há razões para crer que uma recuperação das contas públicas irá aumentar a confiança e o apetite por investimentos dos empresários. Ao contrário, a retirada do gasto público reduzirá a demanda agregada, interditando o crescimento. Este cenário é agravado pelo ajuste apenas primário das contas públicas, enquanto os juros continuam crescendo, favorecidos pela atuação do Banco Central, o que amplia o déficit nominal e deteriora a relação dívida bruta/PIB. É preciso destacar o insuportável custo social que a estratégia está acarretando.

PRIMEIROS RESULTADOS

Após oito meses do seu início, os efeitos da atual política econômica são visíveis. A tão esperada retomada da confiança empresarial não dá sinais de ocorrer, com a queda da confiança dos consumidores e dos empresários. A inadimplência das empresas aumentou e a intenção de consumo das famílias recuou. O país encontra-se em recessão técnica (dois trimestres seguidos de contração da atividade econômica) e o mercado já trabalha com projeção de queda de 2,5% do PIB em 2015.

O ajuste fiscal, prejudicado pela substantiva queda de arrecadação, não será capaz de alcançar sua meta inicial, já revista em meados do ano. Os gastos decorrentes da elevação dos juros da dívida pública (subiram para 8,4% do PIB) mais do que anulam o esforço fiscal do governo, elevando o déficit nominal (7,3% do PIB em junho, contra 6,7% em dezembro de 2014) e promovendo o crescimento do endividamento bruto (62,5% do PIB ante 59% em dezembro de 2014). A inflação, mesmo com o prolongado ciclo de altas de juros, permanece em trajetória de alta.

O aumento do desemprego e o rebaixamento dos salários já aparecem como dados preocupantes na estatística oficial. A taxa de desemprego atingiu 7,5% em julho (sétimo avanço consecutivo), ante os 4,9% verificados no mesmo mês de 2014.

O aumento da taxa de desemprego veio acompanhado pelo aumento da informalidade. Até julho de 2015 houve

perda líquida de 494.386 empregos formais no ano. Em maio de 2015 o rendimento médio real caiu 5%, o que foi saudado como “uma boa notícia” por setores da ortodoxia econômica.

Na prática, portanto, o ajuste recessivo está promovendo uma pesada desvalorização do salário real e uma veloz ampliação do desemprego, objetivo confesso de diversos economistas liberais como mecanismo de controle da inflação.

Em suma, o ajuste em curso acarreta a desconstrução do modelo socialmente inclusivo implantado nos últimos anos, sem criar condições para o estabelecimento de uma trajetória de crescimento não só sustentável, mas que dê continuidade ao citado processo de inclusão.

II. REFORMAS CONSERVADORAS: DESTRUINDO AS PONTES PARA O FUTURO

As “reformas estruturais” que estão sendo implantadas e propostas pelos bancos e fundos de investimento, e acolhidas pelo Congresso Nacional e pelo Executivo Federal, representam uma modernização econômica conservadora que começam já a destruir os instrumentos institucionais e financeiros necessários para um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como o proposto neste documento.

III. AGENDA DE CURTO PRAZO: MUDAR PARA SAIR DA CRISE

As propostas apresentadas de forma sumária neste documento visam contribuir para retirar o país da crise atual e para consolidação de um projeto sustentável de crescimento com inclusão social.

Uma agenda de curto prazo que permita tornar essa “travessia” mais suave, construindo os alicerces para um novo momento de desenvolvimento econômico precisa enfrentar as seguintes questões:

1. PRESERVAR O EMPREGO E A RENDA.

A prioridade atual é frear o crescimento da desigualdade da renda, que coloca por terra os avanços obtidos nos últimos anos. A preservação do emprego e da renda dos trabalhadores é crucial para estancar o retrocesso social e, por consequência, revigorar a arrecadação governamental.

2. DESARMAR A ARMADILHA RECESSIVA.

O atual quadro recessivo precisa ser rapidamente revertido caso se deseje retomar o processo de desenvolvimento no futuro próximo. Não há ajuste fiscal possível em um cenário de recessão e decréscimo das receitas públicas. O agravamento da situação fiscal se deve particularmente à profunda queda da arrecadação decorrente do baixo crescimento, agravado exatamente pela adoção do ajuste recessivo. Aproximadamente 90% do déficit nominal corrente pode ser explicado pela conta de juros, que é incapaz de ser compensado pelo resultado primário.

3. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.

Em função da longa estagnação da economia mundial, os fundamentos doutrinários neoliberais adotados pelos organismos internacionais, consubstanciado no chamado tripé macroeconômico (câmbio flutuante, superávit fiscal e regime de metas de inflação), passaram a ser questionado até por instituições como o FMI e o Banco Mundial. Diversas nações implantaram mecanismos mais flexíveis e algumas características dessas experiências internacionais podem inspirar mudanças na institucionalidade desses regimes no Brasil:

Regime fiscal: estabelecer “bandas” e prazos mais amplos.

- Retirar os investimentos do cálculo da meta do superávit primário.
- Alterar o ano calendário do Regime de Metas de Inflação (RMI).
- Calcular a inflação pelo núcleo de preços.
- Ampliar o debate sobre as causas da inflação e os instrumentos para combatê-la.
- Estabelecer o duplo mandato do banco central: estabilidade de preços e emprego.
- Regular o mercado de câmbio

4. BAIXAR OS JUROS

A principal responsabilidade pela magnitude do déficit nominal, no Brasil, reside na manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas e nas rotineiras intervenções do Banco Central no mercado de câmbio, com a venda de swaps cambiais. Juntos, os juros e as perdas do BC com essas operações, já são responsáveis por despesas financeiras, neste ano, de R\$ 225,9 bilhões (contra R\$ 120,2 bilhões em 2014), sendo que, no acumulado de 12 meses até junho, esses gastos atingiram R\$ 417 bilhões, o correspondente a 7,32% do PIB, ou seja, 90% de todo o déficit nominal. Com isso, não há como a relação dívida bruta/PIB possa deixar de crescer: de dezembro de 2014, quando fechou em 58,9% do PIB, essa relação evoluiu para 63% em junho, um aumento de 4,1 pontos percentuais do PIB.

5. RECOMPOR A CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO ESTADO

A recomposição da capacidade de financiamento do Estado é uma alternativa para substituir o ajuste fiscal. Como mencionado, não há ajuste fiscal possível com taxas de juros estratosféricas. Além disso, como se sabe, a melhor alternativa para o ajuste das contas públicas é o crescimento da economia, que potencializa as receitas governamentais

5.1 REVISÃO DA POLÍTICA DE RENÚNCIAS FISCAIS

Essa política recorrente nas últimas décadas foi aprofundada no período recente. Entre 2010 e 2014, em valores constantes, essas renúncias fiscais saltaram de R\$ 184 bilhões para R\$ 263 bilhões (de 3,6% para 4,7% do PIB).

Comprometendo quase 25% arrecadação tributária federal, estas renúncias respondem, em grande medida, pelo ligeiro déficit primário verificado em 2014⁴.

5.2 REORGANIZAR O ESTADO PARA COMBATER A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

A última apuração do Grupo TAX JUSTICE NETWORK, com dados do Banco Mundial, revelou que o Brasil é vice-campeão mundial em sonegação de impostos (13,4% do PIB).

5.3 REFORMAR A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E PROMOVER A JUSTIÇA FISCAL

O Brasil é uma das sociedades mais desiguais do mundo. O topo da pirâmide social, formado por 71.440 pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos que concentra 14% da renda total e 22,7% de toda riqueza declarada em bens e ativos financeiros. Esses extremamente ricos apresentam elevadíssima proporção de rendimentos isentos de imposto de renda.

Será preciso abrir um amplo debate sobre o nosso sistema tributário, buscando aproximá-lo dos praticados na maior parte dos países capitalistas. As balizas dessa transformação são aumentar o peso da tributação direta na arrecadação total, em detrimento da tributação indireta. Em termos mais específicos, destacam-se, dentre outras medidas⁵:

- Repensar a estrutura do Imposto de Renda da Pessoa Física;
- Aumentar a alíquota máxima do imposto sobre grandes heranças e doações;
- Estabelecer imposto sobre grandes fortunas;
- Tributar lucros e dividendos recebidos por pessoa física;
- Tributar remessa de lucros para o exterior;
- Extinguir a isenção de juros sobre o capital próprio;
- Reformar a legislação do Imposto Territorial Rural.

6. DESTRAVAR OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

A retomada dos investimentos é condição fundamental para a recuperação do setor privado brasileiro, que fornece insumos e equipamentos para estes projetos.

4 SALVADOR (2015).

5 <http://www.ptnosenado.org.br/site/noticias/ultimas/item/48042-lindbergh-apresenta-nove-pontos-de-sua-propostas-para-reforma-tributaria-que-diminua-desigualdade-no-pais>

7. FORTALECER O MERCADO INTERNO.

A expansão do mercado interno de consumo de massas é um dos pilares do ciclo de crescimento recente, e se constitui em importante vetor da impulsão do crescimento. A combinação de aumento do emprego, formalização e gastos sociais, fortalece o mercado interno de maneira sustentada, aumenta a receita pública e permite a manutenção do processo de transformação social por eles engendrado.

8. PRESERVAR OS GASTOS SOCIAIS

O gasto social brasileiro se constitui em importante vetor da demanda agregada. Por seus efeitos multiplicadores, o sistema de proteção social se constitui em instrumento para, simultaneamente, impulsionar o crescimento e reduzir as desigualdades da renda.

I. AJUSTE RECESSIVO: APROFUNDANDO AS DESIGUALDADES E INTERDITANDO O DESENVOLVIMENTO

1. ANTECEDENTES DO DESAJUSTE NEOLIBERAL.

A opção macroeconômica que vem sendo adotada caminha na direção oposta do objetivo maior de construir uma sociedade mais coesa e menos desigual.

O ajuste fiscal ortodoxo – justificado pelo diagnóstico liberal equivocado, mas hegemônico na narrativa dos fatos econômicos – está jogando o país numa recessão com consequências sociais inquietantes, deterioração das contas públicas e consequente restrição da capacidade de atuação do Estado em prol do desenvolvimento. Mais grave é a regressão da estrutura social, adequando-se, gradativamente, ao quadro de possibilidades oferecidas pela ortodoxia econômica.

Alerta-se para o fato de que se os rumos adotados não forem alterados, o governo cumprirá o roteiro traçado pelos setores conservadores nos antecedentes da campanha eleitoral, agora redesenhado para impedir sua continuidade ou desgastá-lo até 2018.

1.1 A CRISE DA DÉCADA DE OITENTA E A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL DOS ANOS DE 1990.

A economia brasileira ficou estagnada por mais de 25 anos: nos anos de 1980, em função da crise da dívida externa; e, nos anos de 1990, em função da desastrosa experiência neoliberal – quando, por exemplo, ajustes ortodoxos fizeram com que a dívida pública líquida em relação ao PIB dobrasse em oito anos (de 30 para 60% do PIB entre 1994 e 2002).

No início dos anos 1990, a opção do País foi inserir-se na globalização priorizando o desenvolvimento do mercado financeiro, enquanto economias asiáticas conseguiram inserir-se na nova ordem mundial com estratégias voltadas para a dinâmica produtiva.

Esta opção gerou enorme dependência dos fluxos de capital externo, retirando autonomia na gestão monetária ou cambial por parte das autoridades econômicas nacionais, obrigadas a ajustar juros e câmbio de acordo com as pressões dos investidores externos.

Desde então, tomou forma uma agenda ampla de reformas e de mudanças na gestão da política econômica para inserir a economia nacional na ordem global liberal: abertura financeira, abertura comercial, adequação da política cambial (particularmente em 1999), redução do papel do Estado na economia, reforma fiscal, privatizações e desregulamentações, entre outras, todas em conformidade com as diretrizes do Consenso de Washington.

Esta agenda prometia retirar o País da instabilidade e da estagnação, prometia criar condições para que o crescimento da economia fosse compatível com a estabilização monetária, pressuposto para o almejado desenvolvimento do sistema financeiro nacional e a valorização do capital financeiro privado.

A promessa de retomada de um crescimento vigoroso a partir das reformas econômicas liberais não se concretizou.

Predominaram políticas fiscais e monetárias austeras, contrárias ao avanço dos investimentos governamentais, o que restringiu o alcance das políticas públicas e o enfrentamento dos enormes problemas sociais.

O êxito na estabilização da moeda implicou custos sociais e econômicos elevados. As bases materiais e financeiras do Estado foram minadas em consequência das privatizações e do endividamento crescente. A apreciação da moeda e a selvagem abertura financeira e comercial expôs a indústria à competição desigual, o que provocou internacionalização e destruição das cadeias produtivas de setores estratégicos.

O desequilíbrio nas contas externas foi combatido com a venda do patrimônio público e pela atração de capital especulativo com base em juros básicos “obscenos” (superiores a 40% ao ano em alguns períodos). O endividamento público dobrou em oito anos (de 30 para 60% do PIB, em termos líquidos, entre 1994 e 2002). O aumento das despesas com juros (superior a 8% do PIB em muitos anos) motivou elevação da carga tributária promovida entre 1995 e 2002 (de 25% para 34% do PIB).

O ajuste macroeconômico e as reformas liberalizantes geraram recessão e crise social. A renda per capita ficou estagnada; o desemprego atingiu 13% (2002); houve forte destruição de postos de trabalho formais (cuja participação relativa despencou de 59% para 45% na década de 1990); a desigualdade da renda manteve-se elevada; houve aumento na distribuição de lucros e deterioração na renda do trabalho (renda funcional); e, estancamento da mobilidade social.

O projeto neoliberal pressionava pela eliminação do capítulo sobre a “Ordem Social” da Constituição da República. O Estado Mínimo, cerne da agenda liberalizante, é incompatível com os valores do Estado de Bem-Estar assegurados pela Carta de 1988. É desta perspectiva que podemos perceber a força das idéias que procuram impor a focalização como a única política social possível para o Brasil.

1.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO APÓS 25 ANOS.

Num contexto internacional favorável, a partir de meados da década passada, após 25 anos de um crescimento que não ultrapassou a média de 2,1% ao ano, o Brasil volta a crescer e passa a redistribuir melhor os frutos deste crescimento.

A postura em favor do crescimento foi revigorada pela eclosão da crise internacional de 2008. Medidas anticíclicas foram adotadas, a meta de superávit primário foi afrouxada e os bancos públicos adotaram uma estratégia agressiva de ampliação do crédito. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o papel dos bancos públicos, o Estado pôde recuperar parcialmente o seu papel na coordenação de investimentos públicos e privados.

A taxa de investimento voltou a subir sem, no entanto, recuperar os padrões históricos. O crescimento econômico impulsionou as receitas fiscais, melhorando as contas internas. A relação dívida líquida do setor público/PIB declinou de 60% (2002) para 35% (2014). Este resultado foi obtido pelo crescimento e pela redução da taxa de juros básicos que, em 2012, atingiu o patamar de 7,25%. Em decorrência, reduziu-se a parcela dos recursos públicos destinada ao pagamento dos juros (de 8,5% do PIB em 2002 para 4,9% do PIB em 2012).

O crescimento econômico teve repercussões positivas sobre o mercado de trabalho e a ampliação do gasto social, apresentando uma melhor articulação entre objetivos econômicos e sociais em relação ao passado. Mais de 22 milhões de empregos formais foram criados e a taxa de desemprego caiu pela metade (de 12,3% para 5,5%); o salário

mínimo cresceu mais de 70% acima da inflação. A renda das famílias também foi ampliada pelas transferências de renda da Seguridade Social (mais de 40 milhões de benefícios diretos, 2/3 dos quais equivalentes ao piso do salário mínimo) e dos programas de combate à pobreza extrema.

O crescimento econômico fez crescer as receitas tributárias, melhorando as contas públicas e abrindo espaços para a expansão do investimento e do gasto social, elementos estratégicos que impulsionaram o ciclo econômico e lhe atribuíram seu caráter mais redistributivo. Essa melhor articulação entre políticas econômicas e sociais contribuiu para a melhora da renda do trabalho, mobilidade social, consumo das famílias e redução da miséria extrema.

De fato, houve inclusão pela via da ampliação do consumo, permitindo às camadas de menor renda maior acesso aos bens de consumo de massa. Mas as reformas estruturais necessárias para superar o subdesenvolvimento (política, tributária, agrária, etc.), não foram enfrentadas. Quer seja pela correlação de forças, quer seja por erros e insuficiências da força política hegemônica.

1.3 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Até a eclosão da crise financeira internacional de 2007-2008 – considerada por diversos especialistas como “a maior crise do capitalismo desde 1929”, a economia mundial era ao mesmo tempo dinâmica e desequilibrada⁴. Pelo lado comercial, operava uma poderosa engrenagem que ligava o consumo da economia líder (EUA) ao centro ascendente da produção manufatureira (China). Deste, os impulsos se irradiavam tanto para as cadeias asiáticas de produção, quanto para os fornecedores de commodities na África e América do Sul. Pelo lado financeiro, caudalosos fluxos privados saíam à caça de rendimento em praças emergentes, e fluxos oficiais também volumosos (decorrentes da acumulação de reservas), tomavam o sentido contrário. Estavam vinculados, assim, os déficits americanos, os superávits asiáticos (e até latino-americanos), as baixas taxas de juros globais, o ciclo de liquidez de proporções inéditas e também a alta nas *commodities*.

A crise financeira, com ápice no fim de 2008 nos EUA, trouxe abalo na confiança, destruição da riqueza, paralisação do crédito e contração da atividade em quase todo o globo, desmontando a engrenagem comercial, o ciclo de liquidez e as cotações de *commodities*.

A partir de meados de 2009, com o alívio nos riscos sistêmicos e uma tímida retomada na atividade nos países centrais, o cenário mais permanente se instala. Taxas de juros inusitadamente baixas e seguidas rodadas de *quantitative easing* remontam o ciclo de liquidez internacional e a especulação com commodities. É esta a origem do “tsunami monetário” que as moedas emergentes enfrentaram pelo menos até 2013.

O forte endividamento governamental nos países centrais passou a ser enfrentado por políticas de “austeridade” que vêm provocando um longo ciclo de estagnação global. O efeito da crise internacional, que primeiro se abateu sobre as economias centrais, atingiu diretamente a dinâmica dos países emergentes ao longo dos últimos anos, reduziu seus mercados e os colocou em situação de concorrência desigual. É nesta quadra adversa que nos encontramos atualmente, quando a recuperação do centro ainda não se faz vigorosa e a desaceleração da periferia emergente se mostra mais preocupante.

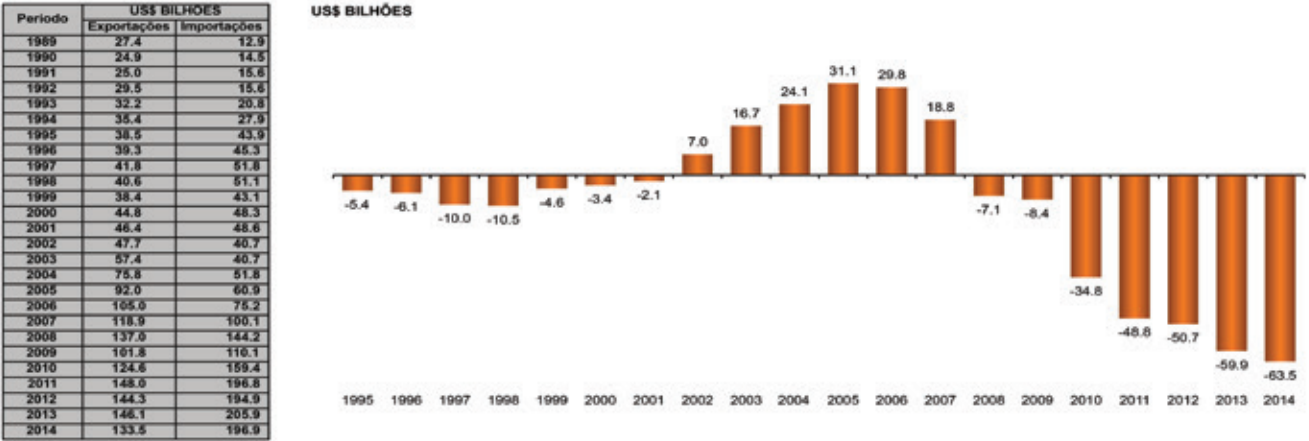
Num mundo com pouco dinamismo doméstico, a busca pelo crescimento puxado pelas exportações levou também

⁴ BELLUZZO (2009)

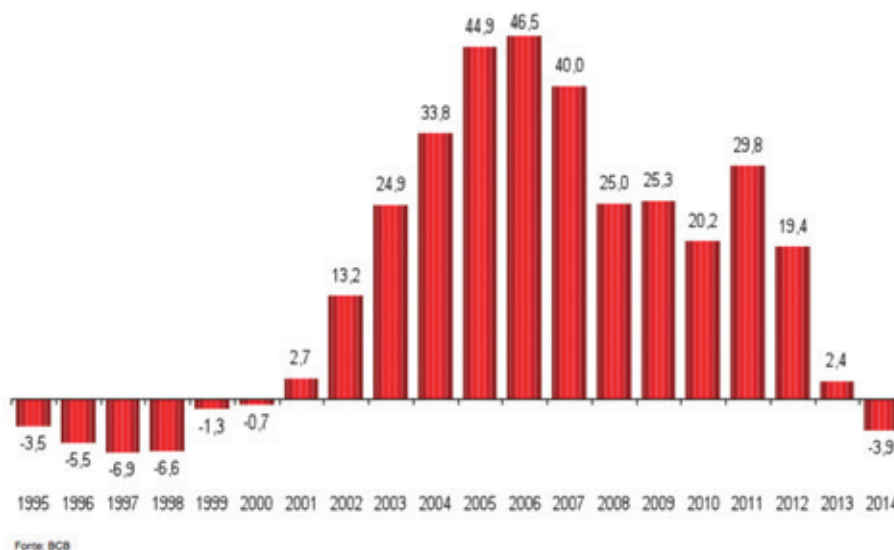
à “guerra cambial”. O mais exitoso ator desta batalha, a China, utilizou-se não apenas do câmbio, mas também de uma ofensiva diplomática que, diante da demanda americana menos dinâmica, encontrou outros destinos para suas exportações. Neste acirramento da concorrência, não apenas o mercado doméstico brasileiro (de bens finais e, dramaticamente, de intermediários) foi “invadido”, como também nossos principais compradores de manufaturados (na América do Sul) foram perdidos.

A queda dos preços das commodities, a crise do comércio internacional e o acirramento da competição capitalista, afetaram as contas externa dos países periféricos. O Brasil, que durante décadas manteve sua taxa de câmbio excessivamente valorizada, perdeu mercado para a exportação de bens finais e intermediários (especialmente, América Latina) e foi invadido pelas importações chinesas (Gráfico 1). Entre 2007 e 2012, o saldo da balança comercial declinou de US\$ 40 bilhões para US\$ 19 bilhões; em 2013, atingiu US\$ 2,4 bilhões e em 2014, voltou a ser negativo (US\$ 3,9 bilhões) (Gráfico 2).

GRÁFICO 1 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DE PRODUTOS INDUSTRIAIS (US\$ Bilhões)^F



Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

GRÁFICO 2 - BRASIL – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (US\$ Bilhões)

Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

Tal cenário até agora não se alterou substancialmente. Exceto por um fator que complica ainda mais uma saída exportadora. As cotações de commodities vêm gradualmente declinando em resposta à desaceleração chinesa. Ainda há certa abundância de recursos com volatilidade da parte do setor financeiro; fortíssima concorrência e preços de commodities muito mais baixos pelo lado do comércio. Não é o exato oposto do pré-crise, mas é muito distinto, para pior. Se não há risco de uma crise cambial no Brasil, tampouco há fundamento para depositar esperança na saída exportadora enquanto impulsionador da retomada do crescimento (como ocorreu em 2003).

Em suma, o quadriênio (2011/2014) foi marcado pelo agravamento do cenário internacional, com a desaceleração da produção industrial da China, as dificuldades de recuperação das economias europeias e a redução da capacidade de importação de alguns de nossos principais parceiros comerciais na América Latina. Essa situação impactou negativamente os fluxos de comércio e os preços internacionais das commodities e dos produtos manufaturados. As tentativas de retomar o crescimento, preservar o nível de emprego e renda da população, e elevar a competitividade das exportações – que abrangeram, entre outras medidas, a redução das taxas internas de juros, a correção da taxa de câmbio e o expressivo aumento das desonerações fiscais – não produziram os efeitos esperados, o que se traduziu, no final do período, na perda de dinamismo da economia.

1.4 A HEGEMONIA LIBERAL NA NARRATIVA DOS FATOS ECONÔMICOS

A hegemonia liberal no debate público não é uma particularidade brasileira. Na Europa, onde a crise econômica persiste e atinge mais diretamente os países da periferia como Grécia, Espanha e Portugal, a visão liberal condenou o bloco a taxas de crescimento pírias (quando não negativas) e ao risco do virtual esfacelamento da zona do Euro.

Mesmo diante de enormes ameaças e do evidente fracasso das políticas restritivas, o poder dos bancos credores

e dos governos que os representam, aliado aos monopólios da comunicação, conservam a hegemonia do discurso liberal, como foi visto na atual negociação Grega com o restante do bloco.

No Brasil não tem sido diferente. Insistimos em deixar bem claro que a raiz dos problemas atuais reside na crise financeira internacional de 2007-2008 e seus desdobramentos e, em menor medida, dos erros na condução doméstica. Entretanto, para os nossos liberais, o mundo caminhou bem entre 2009 e 2014 e os problemas econômicos atuais seriam frutos exclusivos da chamada “nova matriz macroeconômica”.

Economistas liberais, setores do mercado e a grande imprensa passaram a atribuir a perda do dinamismo econômico, que se intensificou em 2014, exclusivamente aos “excessos da intervenção” estatal. Esquecem, em suas análises, dos diversos fatores estruturais que limitam a possibilidade de expansão do parque produtivo nacional. Esquecem também das mudanças drásticas ocorridas no cenário internacional. Localizam a crise somente no Brasil e limitam as causas da desaceleração à gestão macroeconômica⁵.

Esse diagnóstico, vitorioso na narração dos fatos econômicos, celebra diversos “fracassos” – do “experimento desenvolvimentista”, das “políticas de demanda”, da “nova matriz macroeconômica” e do “voluntarismo na distribuição da renda” – e traz de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros.

Os porta-vozes do mercado financeiro defendem que a volta da “credibilidade” dos agentes econômicos depende de austeridade fiscal e monetária, exigindo juros mais altos e maior destinação de impostos para o pagamento da dívida pública. Ademais, defendem que a única saída para a redução dos preços passa pela desaceleração do mercado de trabalho, o que implicaria em redução do salário real e menores pressões altistas.

O debate econômico proposto pela corrente liberal esteve contaminado pela questão política. A reeleição de Dilma reforçaria o “fantasma Lula” em 2018. O “terrorismo” econômico intensificou-se com a proximidade das eleições de 2014, quando foi deflagrada ampla campanha articulada com o objetivo de enfraquecer a candidatura oficial.

Para a elite econômica nacional e internacional, a derrota da candidata da situação era crucial, pois afastaria a “ameaça da perda do controle político sobre a política econômica”, dado que, para esta elite, “é inaceitável que a oitava maior economia do mundo, busque um caminho de maior autonomia e, sob vários aspectos, se contraponha a esses interesses”⁶. Mas, vale acrescentar que, caso ela fosse eleita, cumpria fazer com que a presidenta viesse a alterar seu programa e abandonasse seus compromissos de campanha.

O fato grave é que a visão liberal passou a ser hegemônica junto à opinião pública e mesmo dentro das hostes progressistas, onde a necessidade imperativa de “ajustes”, em sua maioria de caráter recessivo, foi aceita e passou a pautar os debates. A criação de um clima de crise fiscal e econômica ganhou a batalha, contribuindo, dentre outros fatores, para que o governo alterasse sua rota e produzisse a própria crise que os mercados alegavam existir.

⁵ Dentre os liberais, a única voz discordante foi expressa recentemente pelo diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV: “Tem crise até hoje, tanto que a China diminuiu o crescimento. Começou a haver uma demanda menor por commodities e tivemos um ponto de inflexão em 2011, que é quando a economia brasileira começou a crescer menos. É preciso dividir o governo Dilma entre as políticas microeconômicas (...) e as ‘pedaladas’ fiscais. Estas não são consequência da ‘nova matriz’, mas de um fiscal que vinha se deteriorando e sendo escondido debaixo do tapete graças ao aumento da arrecadação. (...) A disciplina fiscal estava lá. O problema é que tínhamos uma receita crescendo acima da despesa, mas, quando começou a crescer abaixo, você não consegue cortar despesa”. <http://www.valor.com.br/brasil/4169102/nao-foi-por-decisao-de-dilma-que-gasto-cresceu-diz-schymura-do-ibre>

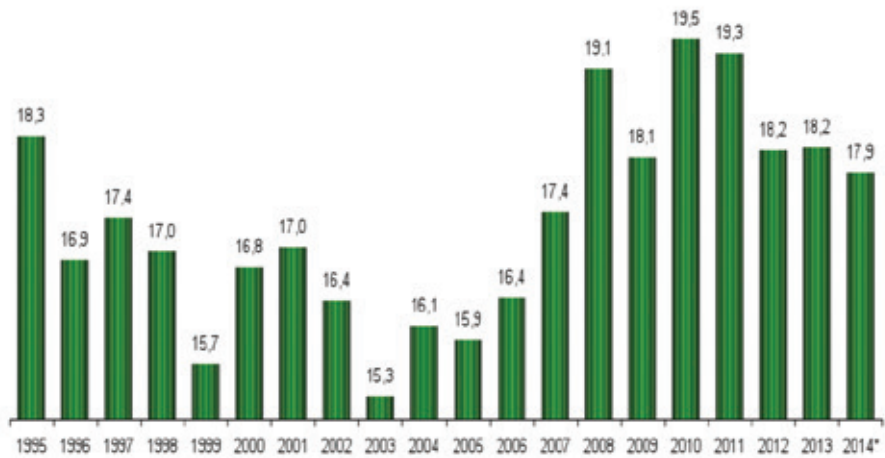
⁶ CACCIA BAVA (2015).

1.5 CENÁRIO INTERNO

Diante desses fatos e do diagnostico conservador hegemônico é preciso contrapor que, a partir de meados da década passada, foi esboçada uma política econômica apoiada na criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de políticas de distribuição de renda, aumento salarial, ampliação do acesso ao crédito, cuja maior virtude foi a melhora das condições de vida dos mais pobres.

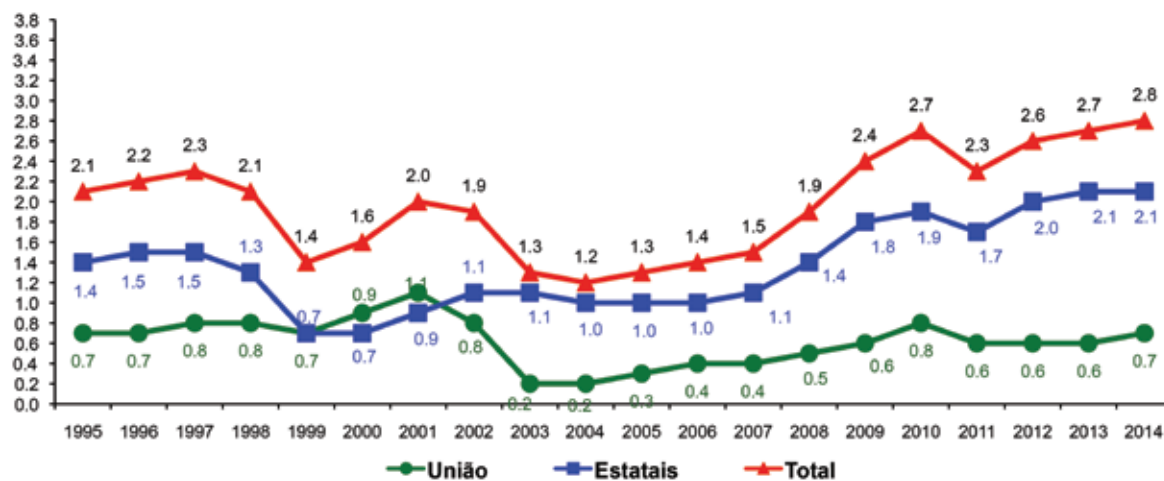
Ao contrário do discurso liberal, mesmo tendo no consumo seu elemento mais dinâmico, esse crescimento não foi artificial, não decorreu de medidas populistas, tampouco foi puxado exclusivamente pelo consumo. Ainda que distante do nível que seria o ideal, o investimento cresceu em geral mais do que o consumo e do que o PIB. A taxa de investimento (a preços constantes) como porcentagem do PIB saltou de um patamar em torno de 16% no início da década para mais de 19% em 2010 e 2011, permanecendo em torno de 18% nos anos seguintes (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 - TAXA DE INVESTIMENTOS A PREÇOS CORRENTES **



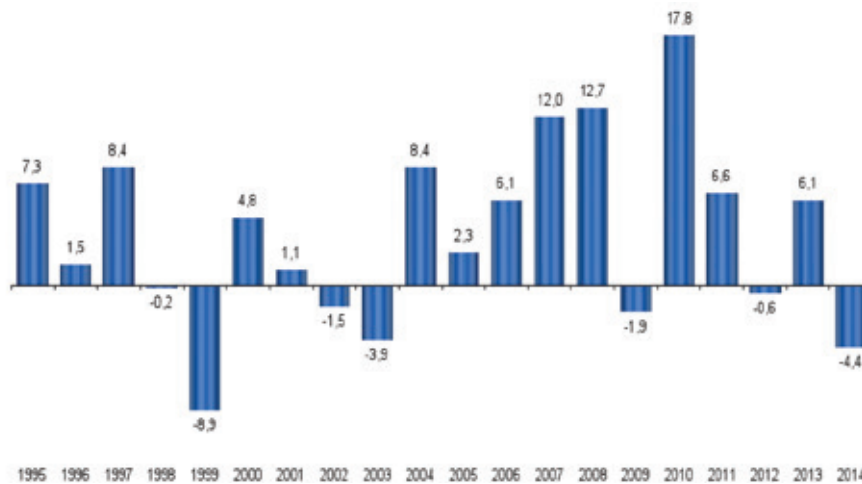
Fonte: IBGE | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015)
* 2014 - Dados de junho, acumulado em 12 meses. | ** Série sem revisão

O investimento público federal, após declinar para um patamar próximo de 1,3% do PIB (entre 2003-2005), eleva-se para um patamar em torno de 2,7% do PIB (entre 2010 e 2014, exceto em 2011) (Gráfico 4)

GRÁFICO 4- INVESTIMENTO PÚBLICO FEDERAL (% do PIB)

Fonte: STN Secretaria do Tesouro Nacional | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

A formação bruta de capital fixo apresenta variações positivas em todos os anos entre 2004 e 2011 (exceto em 2009); recua ligeiramente em 2012 (-0,6%); volta a crescer em 2013 (6,1%); e declina novamente em 2014 (-4,4%) (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO* / Variação anual (%)

Fonte: IBGE | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015) | * Série revisada

Quando Dilma Rousseff assume o governo, em 2011, esse modelo já dava sinais de esgotamento por motivos externos e também domésticos. Sentia-se a perda de dinamismo do ciclo de consumo e de crédito, assim como

o esgotamento da ampliação da exportação de commodities. Era hora de mudar a orientação do modelo econômico. A opção estratégica mais adequada era transferir o elemento dinâmico do mercado de consumo de massas para a expansão da infraestrutura e, assim, estimular o investimento e a produtividade.

Equívocos cometidos, e uma mudança de rumos, tornaram inexequível esta passagem, sobretudo em razão da forte contração econômica (2011), dos problemas e dificuldades de comunicar a nova estratégia, do início de novo ciclo de elevação de juros (2013) e das indefinições nos marcos regulatórios das concessões.

Para reverter a estagnação, em 2012, o governo Dilma apostou suas fichas no setor privado. Ampliou a oferta do crédito, reduziu juros, promoveu desvalorização cambial e a redução de custos de energia. Além disso, ampliou a política de desoneração fiscal, o que limitou a receita do governo.

O setor privado não respondeu aos estímulos do governo e a combinação de baixo crescimento com desoneração fiscal deteriorou as contas públicas, o que contribuiu para comprometer as metas de superávit fiscal sem gerar a devida contrapartida de investimentos produtivos.

A desaceleração cíclica do gasto privado decorre do acúmulo de estoques, da capacidade ociosa das empresas, do endividamento das famílias e, sobretudo, da avalanche de importações, combinada à nova dinâmica comercial internacional.

Mesmo com uma considerável desvalorização cambial nos últimos dois anos, a taxa de câmbio brasileira seguia valorizada perante as principais moedas do mundo, fato que também limita as possibilidades de recuperação da indústria e da produção nacional.

Além destes fatores, a partir de meados de 2013 a incerteza política, também contaminou as perspectivas de investimento do empresariado. A confiança do consumidor e do empresário declina a partir das manifestações de junho de 2013, que questionam o futuro da economia e da sociedade brasileira como um todo. O clima pessimista com o país se estabilizou até o final de 2013, voltando a se deteriorar em 2014, com a aproximação do período eleitoral e a perspectiva de mudança no poder.

O avanço de diversas investigações judiciais começou a atingir o coração do empresariado nacional, acossado por operações como a Lava Jato e a Zelotes.

Diante de um mundo em crise, uma economia em desaceleração cíclica, uma estrutura produtiva dilacerada pela avalanche de importações (alimentada por um câmbio historicamente valorizado), um cenário de profunda incerteza política e o avanço das investigações alcançando o setor privado, podemos explicar a desaceleração da economia brasileira sem apelar para o debate puramente ideológico que os setores liberais tentam promover acerca do fracasso da tal “nova matriz macroeconômica”.

1.6 “CRISE” AMPLIFICADA PELO “TERRORISMO”

Apesar dos erros na condução da política econômica, o diagnóstico liberal acerca da deterioração dos fundamentos econômicos domésticos não se sustenta. A ideia simplória de que apenas os “erros” da política macroeconômica interna (taxada como “Nova Matriz Macroeconômica” – NME) foram responsáveis pela desaceleração da economia no período, nos legando uma suposta “crise” de amplas proporções, atende aos interesses daqueles que não suportam a ideia de abrir o diálogo acerca de alternativas de desenvolvimento, se abrigando na segurança do velho e superado paradigma da gestão ortodoxa do tripé macroeconômico.

O diagnóstico liberal relega a segundo plano uma série de fatores decisivos para se compreender o momento atual: fatores estruturais internos, como o enfraquecimento da indústria e a destruição de nossas cadeias produtivas ao longo das últimas três décadas; fatores estruturais externos, como a mudança no padrão de crescimento, preços e acumulação da economia internacional no pós-crise; e fatores conjunturais, como a crise política e os impactos econômicos negativos do combate a corrupção.

Esses aspectos aparecem apenas como elementos acessórios nas explicações ideologizadas destes economistas, que procuram criar um espantalho, vesti-lo com a marca de “desenvolvimentismo” para, após malabarismos retóricos, culpá-lo de todos os males econômicos e políticos do país.

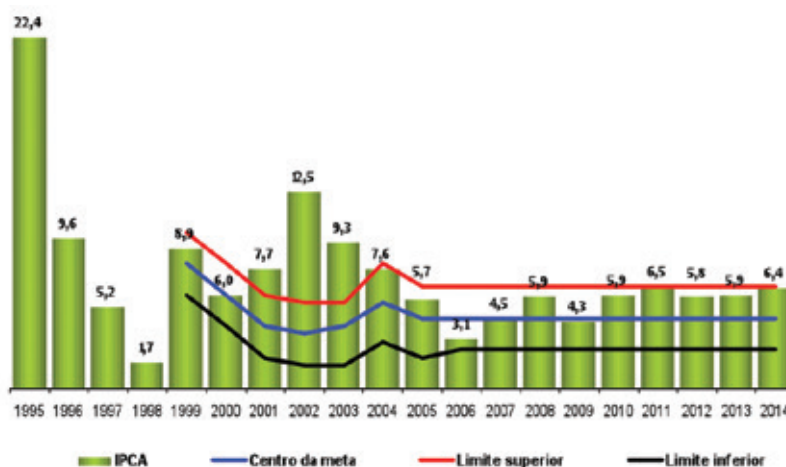
Na realidade, até meados de 2014 não era possível observar a tal crise tão propalada pelo diagnóstico liberal. Os indicadores de crescimento, inflação, fiscais, do setor externo e do mercado de trabalho apontavam para o fim de um ciclo de crescimento, não para uma crise de amplas proporções.

Ao contrário, o discurso terrorista da “crise”, que ganhou o debate público e “convenceu” o governo a adotar a estratégia do ajustamento recessivo (eleitoralmente derrotada, mas politicamente vitoriosa), provou-se uma profecia que se auto realiza, tendo produzido exatamente a crise que afirmava que existia.

A imprensa teve papel decisivo na construção de um cenário de “crise” que justificasse a adoção de medidas duras de ajustamento: ao dar espaço quase que exclusivamente para economistas que defendiam este diagnóstico, parcela relevante da imprensa ajudou no processo de convencimento social (eleitoralmente interessado) acerca de um cenário caótico inexistente. Boa parte da grande mídia embarcou na defesa de um ajuste recessivo e assim prossegue mesmo diante das diversas evidências de seu limite. Para justificar tal empreitada política, costumam atribuir todos os desequilíbrios econômicos ao período anterior, que teoricamente teria sido dominado por um “desenvolvimentismo” irresponsável.

Os dados, no entanto, não corroboram esta avaliação. Até 2014, a inflação brasileira não estava fora do controle, como alardeavam alguns economistas liberais ao longo dos anos do primeiro governo Dilma. A taxa de inflação no Brasil no período esteve sempre próxima a 6%, dentro da banda superior da meta (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO (IPCA) (%)



Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

Algumas pressões inflacionárias de custos foram controladas pelo governo. No entanto, tais pressões não decorrem de problemas de excesso de demanda incentivada pelo gasto público, como nos querem fazer crer as hostes liberais, mas sim da prolongada seca (que aumentou o custo de produção de energia) e a pressão sobre o câmbio (inevitável em um cenário de deterioração da balança comercial e das estruturas produtivas).

O combate a estes fenômenos, portanto, exigia a utilização de ferramentas diferentes daquelas usadas para conter o caso clássico de inflação de demanda. A inflação de serviços, que manteve-se elevada ao longo dos últimos anos, resulta de uma redistribuição das rendas do trabalho, que não deveriam ser vistas de forma negativa.

A taxa de inflação no Brasil esteve próxima do patamar verificado em outras economias emergentes no período, como África do Sul (com inflação média de 5,6% entre 2011/2014) e Índia (com inflação média próxima a 8% no período) (TABELA 1).

TABELA 1 - TAXAS DE INFLAÇÃO, FIM DE PERÍODO

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	5,45	3,35	4,51	4,94	4,12	3,63	3,27	3,16
Economias desenvolvidas	3,16	1,14	1,85	2,68	1,72	1,26	0,83	0,67
• Estados Unidos	4,08	1,92	1,69	3,08	1,80	1,32	0,87	0,54
• Japão	0,55	-1,99	-0,27	-0,28	-0,22	1,46	2,56	0,90
• Canadá	2,50	0,79	2,29	2,66	0,99	0,96	1,89	0,96
União Europeia	3,27	1,37	2,55	3,07	2,34	1,03	0,03	0,35
• Reino Unido	2,13	2,10	3,39	4,66	2,64	2,09	0,94	0,50
Zona do Euro	3,10	0,92	2,21	2,76	2,22	0,85	-0,17	0,21
• Alemanha	3,13	0,84	1,86	2,28	2,05	1,22	0,17	0,21
• França	2,78	0,99	1,98	2,65	1,52	0,84	0,25	0,11
• Itália	2,81	1,10	2,09	3,65	2,58	0,67	-0,08	-0,02
• Portugal	2,73	-0,14	2,45	3,50	2,09	0,17	-0,27	-1,55
• Irlanda	2,51	2,06	-2,75	-0,6	1,55	1,78	0,18	0,26
• Espanha	4,29	0,89	2,86	2,36	3,00	0,31	-1,04	0,40
• Grécia	3,83	2,64	5,17	2,42	0,80	-1,71	-2,61	0,10
Economias Emergentes	7,84	5,40	6,88	6,88	6,10	5,51	5,19	5,09
• África do Sul	8,82	6,29	3,48	6,05	5,71	5,40	5,31	5,00
• Argentina	8,47	7,70	10,92	9,51	10,84	10,95	23,91	20,54
• Brasil	4,46	4,31	5,91	6,50	5,84	5,91	6,41	8,00
• Chile	7,81	-1,48	2,98	4,44	1,49	2,84	4,64	2,86
• China	6,50	1,90	4,60	4,10	2,50	2,50	1,50	1,20
• Colômbia	5,69	2,00	3,18	3,73	2,44	1,93	3,66	3,60
• Índia	7,50	11,80	9,67	9,39	10,41	8,25	6,04	5,82
• Rússia	11,90	8,81	8,78	6,10	6,57	6,47	11,40	12,02

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas

Mas o principal argumento daqueles que falam em deterioração dos fundamentos está relacionado ao comportamento recente das contas públicas. Vejamos o que ocorreu aí.

Nos últimos doze anos, o Brasil gerou expressivos superávits primários. Entre 2004/2013, a média anual foi de 3% do PIB e entre 2011/2013, essa média caiu ligeiramente (2,5% do PIB). No caso do resultado nominal, o déficit entre 1999/2003 foi, em média de 5,6% do PIB. Entre 2004/2013 essa média cai pela metade (2,9% do PIB); e, no triênio 2011/2013 permanece nesse patamar (2,8% do PIB) (TABELA 2)

É em 2014 que os resultados primário e nominal pioram (respectivamente 0,6% e 6,7% do PIB), refletindo, em grande medida, o cenário externo desfavorável, o esgotamento do ciclo de consumo, a não impulsão dos investimentos e a inflexão nos rumos da economia a partir do início de 2013, quando o Banco Central inicia um novo ciclo de elevação da taxa de juros, ampliando o endividamento público e restringindo a atividade econômica. Além disso, a consequente queda da receita tributária foi amplificada pelo aprofundamento da questionável política de incentivos fiscais.

Portanto, não se sustenta a afirmação de que a crise atual é “fundamentalmente, uma crise de irresponsabilidade fiscal”. Tampouco estaria havendo o “sacrifício” dos fundamentos (econômicos) em prol da “economia do povo, marca do modelo bolivariano”, como sustenta o *mainstream*.

TABELA 2- SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL (EM % DO PIB)

Ano	Resultado Primário	Resultado Nominal
1999	3,2	-10,1
2000	3,5	-4,5
2001	3,6	-3,6
2002	3,9	-4,6
2003	3,3	-5,2
2004	3,7	-2,9
2005	3,8	-3,6
2006	3,2	-3,6
2007	3,3	-2,8
2008	3,4	-2,0
2009	2,0	-3,3
2010	2,7	-2,5
2011	3,1	-2,6
2012	2,4	-2,5
2013	1,9	-3,2
2014	-0,6	-6,7
Média 1999/2003	3,5	-5,6
Média 2004/2013	3,0	-2,9
Média 2011/2013	2,5	-2,8

Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

Na comparação internacional, o esforço fiscal brasileiro também não se encontra desajustado perante seus pares. Os países desenvolvidos, via de regra, incorrem em expressivos déficits primários durante o período 2009-2014, assim como as economias emergentes (TABELA 3).

TABELA 3 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	ND	ND	ND	NA	ND	ND	ND	ND
Economias desenvolvidas	0,4	-7,3	-6,1	-4,6	-3,9	-2,6	-2,2	-1,7
• Estados Unidos	-1,1	-11,6	-9,2	-7,6	-6,3	-3,6	-3,2	-2,2
• Japão	-2,1	-9,9	-8,6	-9,0	-7,8	-7,8	-7,1	-5,7
• Canadá	2,0	-3,7	-4,3	-3,3	-2,6	-2,4	-1,4	-1,4
União Europeia	1,3	-4,5	-4,1	-2,0	-1,7	-0,9	-0,8	-0,6
• Reino Unido	-1,4	-9,4	-7,2	-4,9	-5,4	-4,4	-3,8	-3,2
Zona do Euro	1,9	-3,8	-3,7	-1,6	-1,0	-0,4	-0,3	-0,1
• Alemanha	2,6	-0,8	-2,0	1,1	1,9	1,7	2,0	1,5
• França	-0,1	-4,9	-4,5	-2,6	-2,4	-1,9	-2,1	-2,0
• Itália	3,0	-1,1	-0,2	0,9	1,9	1,8	1,5	1,4
• Portugal	-1,0	-7,7	-9,0	-4,0	-1,9	0,1	0,4	1,7
• Irlanda	0,8	-12,5	-30,0	-9,7	-4,4	-1,9	-0,3	0,6
• Espanha	3,0	-9,6	-7,8	-7,5	-7,9	-4,0	-3,0	-1,6
• Grécia	-2,1	-10,2	-5,2	-2,9	-1,3	1,2	1,5	3,0
Economias Emergentes	2,8	-2,0	-0,7	1,0	0,8	-0,1	-0,8	-2,0
• África do Sul	3,7	-2,4	-2,2	-1,2	-1,3	-1,1	-1,0	-1,0
• Argentina	1,9	0,2	1,3	-0,4	-0,5	-0,7	-1,0	-1,6
• Brasil	3,2	1,9	2,3	2,9	2,0	1,8	-0,6	1,2
• Chile	7,7	-4,3	-0,3	1,5	0,8	-0,4	-1,4	-1,9
• China	0,5	-1,3	-0,8	1,1	0,5	-0,6	-0,7	-1,4
• Colômbia	1,8	-1,1	-1,6	-0,1	1,6	1,2	0,9	-0,5
• Índia	0,4	-5,1	-4,2	-3,8	-3,1	-2,6	-2,6	-2,2
• Rússia	6,0	-6,6	-3,3	1,8	0,7	-0,9	-0,7	-3,2

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | ND – Dado não disponível

A diferença, sem dúvida, é que a maior parte destas economias apresentam taxas de juros civilizadas, o que reduz seus déficits nominais e estabiliza a relação dívida/PIB mesmo com a existência de pequenos déficits primários. Neste caso, fica evidente que o verdadeiro desajuste brasileiro não está nas contas primárias, mas sim na conta de juros, essa sim completamente descolada da realidade global.

Apesar disso, mesmo com déficits nominais brasileiros não estavam fora da média mundial até 2014, se encontrando próximo de sua média histórica e abaixo da média dos países desenvolvidos. Mesmo com a deterioração do resultado nominal em 2014, o déficit nominal brasileiro ainda se encontrou próximo de países como EUA, Japão e Índia (TABELA 4).

TABELA 4 - RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	ND	ND	ND	NA	ND	ND	ND	ND
Economias desenvolvidas	-1,3	-8,9	-7,8	-6,4	-5,7	-4,2	-3,9	-3,2
• Estados Unidos	-3,2	-13,5	-11,3	-9,9	-8,6	-5,8	-5,3	-4,2
• Japão	-2,1	-10,4	-9,3	-9,8	-8,8	-8,5	-7,7	-6,2
• Canadá	1,5	-4,5	-4,9	-3,7	-3,1	-2,8	-1,8	-1,7
União Europeia	-0,9	-6,6	-6,4	-4,5	-4,1	-3,1	-2,9	-2,6
• Reino Unido	-3,0	-10,8	-9,8	-7,6	-7,8	-5,7	-5,7	-4,8
Zona do Euro	-0,6	-6,2	-6,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,7	-2,3
• Alemanha	0,2	-3,0	-4,0	-0,8	0,1	0,2	0,6	0,3
• França	-2,5	-7,2	-6,8	-5,1	-4,9	-4,1	-4,2	-3,9
• Itália	-1,5	-5,3	-4,2	-3,5	-3,0	-2,9	-3,0	-2,6
• Portugal	-3,0	-9,8	-11,2	-7,4	-5,6	-4,8	-4,5	-3,2
• Irlanda	0,2	-13,9	-32,4	-12,6	-8,0	-5,7	-3,9	-2,4
• Espanha	2,0	-11,0	-9,4	-9,4	-10,3	-6,8	-5,8	-4,3
• Grécia	-6,7	-15,2	-11,1	-10,1	-6,3	-2,8	-2,7	-0,8
Economias Emergentes	1,0	-3,7	-2,4	-0,7	-0,8	-1,7	-2,5	-3,7
• África do Sul	1,2	-4,7	-4,8	-3,9	-4,1	-4,1	-4,1	-4,2
• Argentina	0,3	-1,6	0,0	-1,9	-2,4	-2,0	-2,7	-4,1
• Brasil	-2,7	-3,2	-2,7	-2,5	-2,6	-3,1	-6,3	-5,3
• Chile	7,9	-4,1	-0,4	1,4	0,7	-0,5	-1,4	-2,1
• China	0,1	-1,8	-1,2	0,6	0,0	-1,1	-1,1	-1,9
• Colômbia	-0,8	-2,8	-3,3	-2,0	0,1	-0,9	-1,4	-3,2
• Índia	-4,4	-9,8	-8,4	-8,1	-7,5	-7,3	-7,2	-7,2
• Rússia	6,0	-6,3	-3,4	1,5	0,4	-1,3	-1,2	-3,7

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | ND – Dado não disponível

A existência de déficits nominais sempre pode pressionar a relação dívida/PIB, a depender do ritmo de crescimento do PIB. No caso brasileiro, durante o primeiro Governo Dilma Rousseff, a dívida pública líquida em relação ao PIB caiu de forma contínua até 2013 (31,5% do PIB) e elevou-se ligeiramente em 2014 (34,4%). É importante ressaltar que entre 2002 e 2013 essa relação dívida/PIB caiu praticamente pela metade. O patamar observado em 2014 é bastante baixo na história recente e muito inferior a maior parte dos países desenvolvidos, estando em linha ou inferior a vários países em desenvolvimento (TABELA 5).

TABELA 5 - DÍVIDA LÍQUIDA/PIB (%)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	ND	ND	ND	NA	ND	ND	ND	ND
Economias desenvolvidas	43,6	58,3	63,4	68,1	71,3	69,8	70,3	72,0
• Estados Unidos	44,5	62,1	69,5	76,1	79,2	79,5	79,7	80,4
• Japão	80,5	106,2	113,1	127,3	129,1	122,9	127,3	129,6
• Canadá	24,4	29,9	32,9	34,6	36,4	37,1	37,3	38,3
União Européia	43,0	NA	56,8	59,2	63,7	65,5	66,6	67,3
• Reino Unido	38,3	58,8	69,1	73,4	77,1	78,8	81,0	82,6
Zona do Euro	45,7	52,8	56,4	58,5	66,7	69,0	69,9	69,9
• Alemanha	48,7	55,0	56,8	55,0	54,3	52,7	49,7	46,9
• França	57,8	70,1	73,8	76,4	81,5	84,7	87,4	89,3
• Itália	84,1	94,2	96,3	98,4	103,0	107,5	110,4	111,8
• Portugal	61,4	79,7	91,9	100,9	115,9	119,4	120,1	119,2
• Irlanda	10,2	37,2	67,5	79,1	87,9	92,1	85,7	85,6
• Espanha	26,0	24,4	35,5	39,3	51,9	59,5	64,8	67,4
• Grécia	ND	ND	ND	ND	152,8	172,1	174,3	169,9
Economias Emergentes	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• África do Sul	22,9	25,4	28,5	31,3	34,8	37,6	40,5	42,6
• Argentina	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• Brasil	44,2	40,4	38,0	34,5	32,9	31,5	34,1	34,4
• Chile	-13,0	-10,6	-7,0	-8,6	-6,8	-5,7	-5,2	-2,7
• China	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• Colômbia	22,3	26,2	29,0	27,2	22,8	24,9	27,9	30,2
• Índia	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• Rússia	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | ND – Dado não disponível

A dívida bruta, apesar de mais elevada, também não está descolada da comparação internacional e não se apresentava (até 2014) com uma trajetória insustentável, tendo sua variação sido determinada em grande medida pelos aportes do tesouro para que o BNDES financiasse os investimentos e induzisse o crescimento, conjugado ao contínuo acúmulo de reservas. Estes fatores, decisivos para garantir condições de financiamento e segurança para o investimento privado, contribuíram para que dívida pública bruta em relação ao PIB subisse ligeiramente entre 2013-2014 (de 62,2% para 65,2%), segundo a metodologia do FMI (TABELA 6).

TABELA 6 - DÍVIDA BRUTA/PIB (%)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	ND	ND	ND	NA	ND	ND	ND	ND
Economias desenvolvidas	71,6	91,6	98,0	101,9	106,1	104,5	104,6	104,6
• Estados Unidos	64,0	86,0	94,8	99,1	102,4	103,4	104,8	105,1
• Japão	183,0	210,3	216,0	229,8	236,8	242,6	246,4	246,1
• Canadá	66,7	83,0	84,6	85,3	87,9	87,7	86,5	87,0
União Europeia	58,3	72,8	78,3	81,1	85,0	87,0	87,7	87,7
• Reino Unido	43,6	65,8	76,4	81,8	85,8	87,3	89,5	91,2
Zona do Euro	65,0	78,4	83,9	86,5	91,1	93,4	94,0	93,5
• Alemanha	63,5	72,4	80,3	77,6	79,0	76,7	73,1	69,5
• França	64,2	78,8	81,4	85,0	89,2	92,4	95,1	97,0
• Itália	97,7	112,5	115,3	116,4	123,2	128,6	132,1	133,8
• Portugal	68,4	83,6	96,2	111,1	125,8	129,7	130,2	126,4
• Irlanda	24,0	62,2	87,4	111,2	121,7	123,3	109,5	107,8
• Espanha	35,5	52,7	60,1	69,2	84,4	92,1	97,7	99,5
• Grécia	102,8	126,2	145,7	171,0	156,5	175,0	177,2	172,7
Economias Emergentes	37,4	39,7	39,0	38,1	38,3	39,3	41,2	43,5
• África do Sul	27,1	30,3	34,4	37,6	40,5	43,3	45,9	47,5
• Argentina	53,2	47,6	39,2	35,8	37,3	40,2	48,6	49,5
• Brasil	63,8	65,0	63,0	61,2	63,5	62,2	65,2	66,2
• Chile	3,9	5,8	8,6	11,2	12,0	12,8	13,9	16,3
• China	34,8	35,8	36,6	36,5	37,3	39,4	41,1	43,5
• Colômbia	32,3	35,2	37,0	35,7	52,0	35,8	38,0	40,6
• Índia	74,0	72,5	67,5	68,1	67,5	65,5	65,0	64,4
• Rússia	8,6	10,6	11,4	11,6	12,7	14,0	17,9	18,8

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | ND – Dado não disponível

Do ponto de vista da atividade, o crescimento da economia desacelerou-se progressivamente a partir de 2010, por conta dos desdobramentos da crise financeira internacional de 2007-2008, da política de contenção fiscal de 2011 e do fracasso da estratégia industrialista posteriormente. Mas, entre 2007-2013, em geral, o ritmo do crescimento brasileiro foi superior à média mundial (Tabela 7).

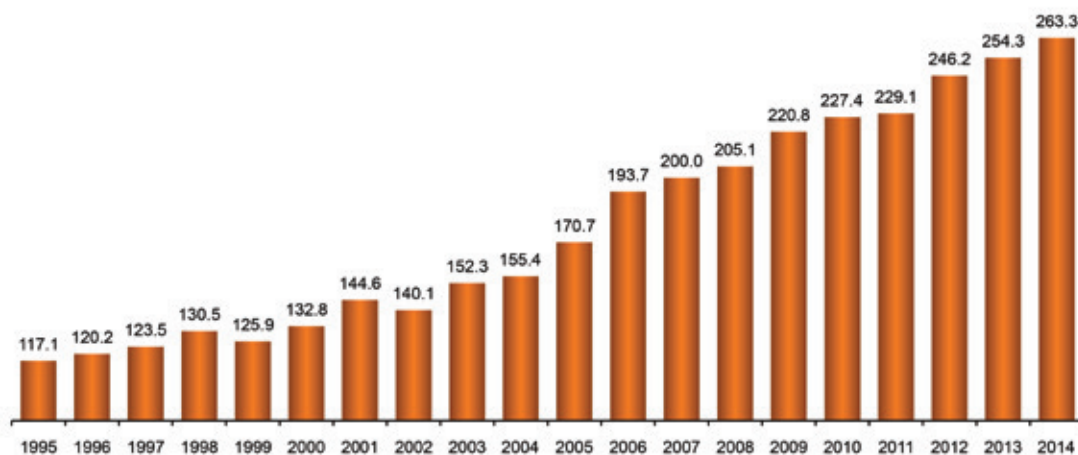
TABELA 7 - VARIAÇÃO REAL DO PIB (%)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	3,93	-2,00	4,12	2,98	2,45	2,54	2,64	2,86
Economias desenvolvidas	2,76	-3,42	3,07	1,69	1,22	1,37	1,81	2,36
• Estados Unidos	1,78	-2,78	2,53	1,60	2,32	2,22	2,39	3,14
• Japão	2,19	-5,53	4,65	-0,45	1,75	1,61	-0,06	1,04
• Canadá	2,01	-2,71	3,38	2,96	1,92	2,00	2,53	2,16
União Européia	3,34	-4,32	2,05	1,80	-0,41	0,12	1,40	1,85
• Reino Unido	2,56	-4,31	1,91	1,65	0,66	1,67	2,55	2,72
Zona do Euro	3,03	-4,51	2,03	1,62	-0,81	-0,46	0,88	1,45
• Alemanha	3,39	-5,58	3,94	3,66	0,58	0,21	1,61	1,62
• França	2,36	-2,91	1,97	2,08	0,33	0,29	0,36	1,16
• Itália	1,47	-5,48	1,71	0,59	-2,77	-1,70	-0,42	0,49
• Portugal	3,77	-3,58	0,02	-0,62	-2,09	-1,23	1,40	2,46
• Irlanda	4,93	-6,37	-0,28	2,77	-0,31	0,17	4,78	3,87
• Espanha	2,49	-2,98	1,90	-1,82	-4,03	-1,61	0,90	1,60
• Grécia	3,54	-4,40	-5,45	-8,86	-6,57	-3,90	0,77	2,52
Economias Emergentes	8,66	3,08	7,38	6,24	5,16	5,00	4,59	4,26
• África do Sul	5,36	-1,54	3,04	3,21	2,22	2,21	1,53	2,00
• Argentina	7,97	0,05	9,45	8,39	0,80	2,89	0,47	-0,31
• Brasil	6,01	-0,24	7,57	3,92	1,76	2,74	0,15	-1,03
• Chile	5,21	-1,03	5,74	5,75	5,53	4,32	1,84	2,71
• China	14,20	9,21	10,41	9,30	7,76	7,75	7,36	6,76
• Colômbia	6,90	1,65	3,97	6,59	4,04	4,94	4,55	3,40
• Índia	9,80	8,48	10,26	6,64	5,08	6,90	7,17	7,46
• Rússia	8,54	-7,80	4,50	4,30	3,40	1,30	0,62	-3,83

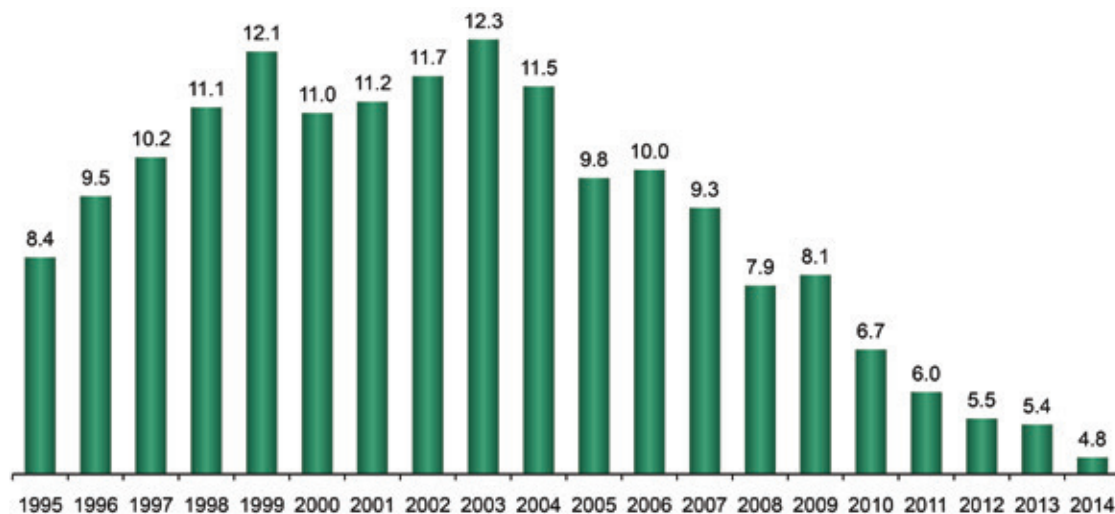
Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas

No mercado de trabalho, um importante indicador para se afirmar a existência de uma verdadeira crise, o ciclo de geração de empregos e fortalecimento dos salários teve continuidade entre 2011 e 2014.

O salário mínimo manteve trajetória de valorização real (Gráfico 7); a taxa de desemprego aberto caiu de 6,0% para 4,8% (Gráfico 8); foram criados mais de quatro milhões de empregos formais (o número total de empregados com vínculo formal de emprego passou de 44 para 48 milhões) (Gráficos 9 e 10).

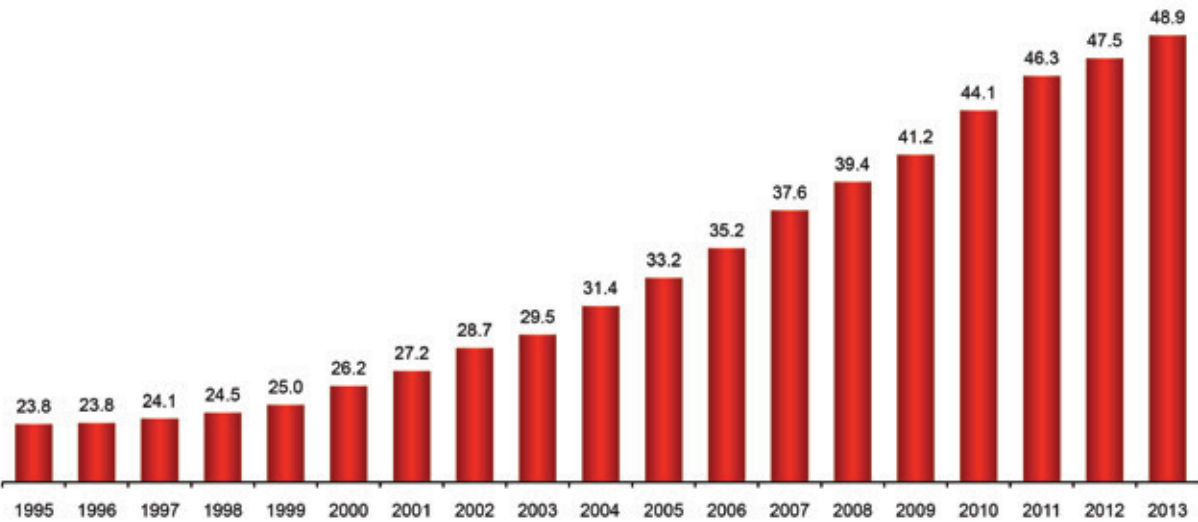
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL* (Ano Base 1994= 100)

* Deflacionado - INPC | Fonte: DIEESE / Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

GRÁFICO 8 – REGIÕES METROPOLITANAS - TAXA DE DESEMPREGO ABERTO MÉDIA 30 DIAS (%)

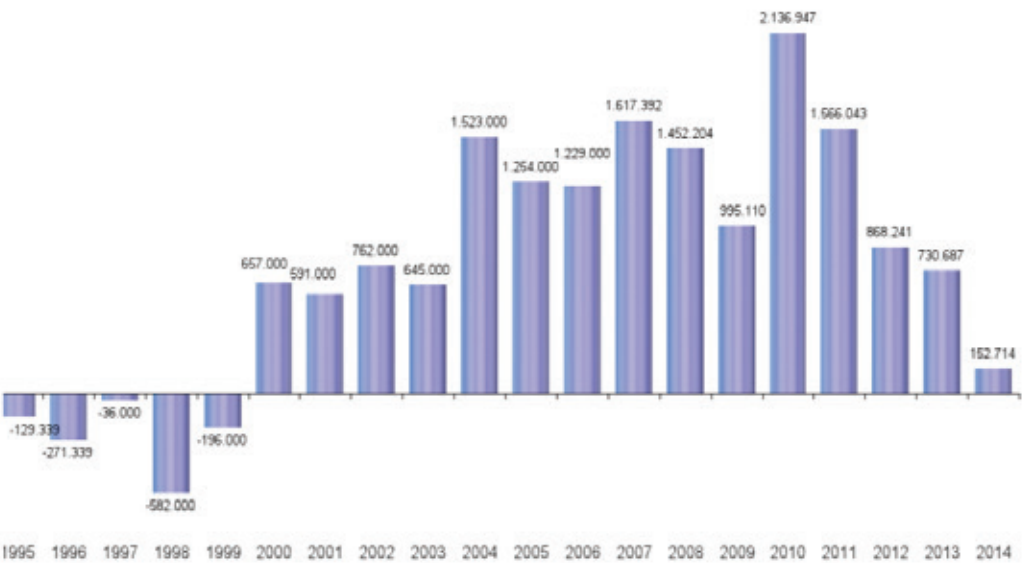
Fonte: IBGE | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS COM VÍNCULO FORMAL DE EMPREGO (Milhões de Empregados)



Fonte: MTE / RAIS | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

GRÁFICO 10 - EMPREGO FORMAL – GERAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO* (Nº de postos de trabalho)



* Série sem ajuste geográfico | Fonte: MTE / CAGED | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

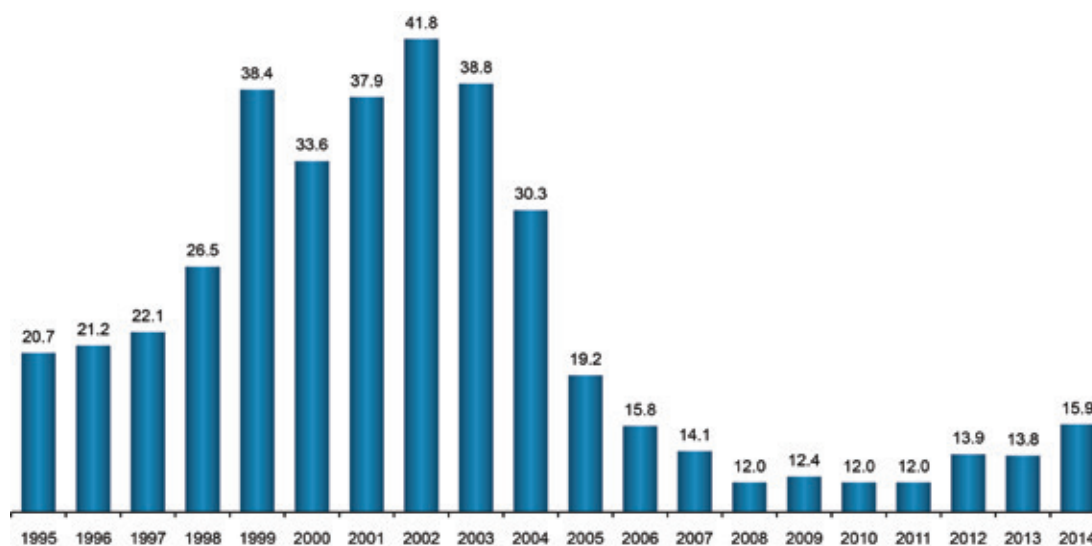
Quando comparamos a situação da economia brasileira à de outros países tampouco fica evidente qualquer tipo de deterioração nas principais variáveis do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, entre 2011 e 2014, diversos indicadores socioeconômicos permaneceram satisfatórios na comparação internacional (OCDE, 2015). Ao contrário do que se observa em grande parte dos países desenvolvidos, a taxa de desemprego no Brasil seguiu trajetória de queda entre 2011 e 2014 (TABELA 8).

TABELA 8 - NÍVEL DE DESEMPREGO (% DA FORÇA DE TRABALHO)

Países/Blocos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Economia mundial	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Economias desenvolvidas	5,40	8,05	8,30	7,97	8,01	7,92	7,27	6,88
• Estados Unidos	4,62	9,28	9,61	8,94	8,07	7,37	6,15	5,47
• Japão	3,83	5,06	5,04	4,57	4,33	4,02	3,58	3,69
• Canadá	6,03	8,36	8,00	7,50	7,33	7,08	6,91	6,99
União Europeia	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• Reino Unido	5,35	7,63	7,90	8,10	7,98	7,60	6,20	5,38
Zona do Euro	7,50	9,54	10,08	10,13	11,33	11,97	11,58	11,11
• Alemanha	8,58	7,67	6,93	5,86	5,37	5,22	4,98	4,85
• França	8,02	9,08	9,28	9,20	9,80	10,27	10,20	10,09
• Itália	6,09	7,78	8,38	8,40	10,63	12,16	12,80	12,60
• Portugal	7,96	9,43	10,77	12,68	15,53	16,18	13,89	13,07
• Irlanda	4,67	12,00	13,85	14,63	14,67	13,05	11,26	9,82
• Espanha	8,23	17,88	19,85	21,40	24,80	26,10	24,45	22,56
• Grécia	8,40	9,61	12,71	17,86	24,44	27,47	26,49	24,80
Economias Emergentes	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• África do Sul	23,00	23,70	24,88	24,80	24,88	24,72	25,10	25,11
• Argentina	8,48	8,68	7,75	7,15	7,20	7,08	7,25	7,04
• Brasil	9,28	8,07	6,75	5,97	5,48	5,39	4,84	5,91
• Chile	7,00	10,83	8,15	7,12	6,43	5,93	6,39	7,15
• China	4,00	4,30	4,10	4,10	4,10	4,05	4,09	4,09
• Colômbia	11,19	12,02	11,78	10,85	10,39	9,66	9,11	9,00
• Índia	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
• Rússia	6,00	8,20	7,30	6,50	5,50	5,50	5,11	6,50

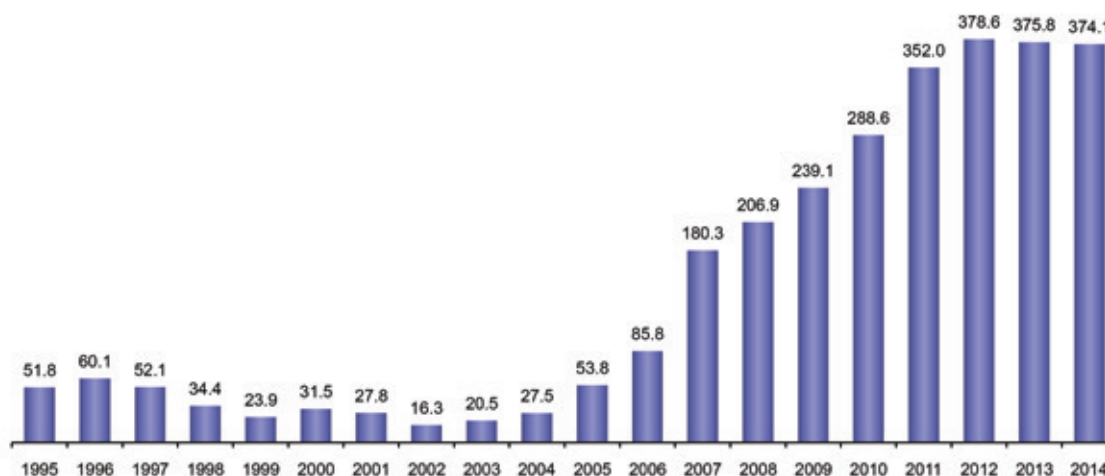
Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | ND – Dado não disponível

A saúde financeira do setor público do ponto de vista externo também não apresentava grandes alterações. Entre 2011 e 2014, a dívida externa pública bruta em porcentagem do PIB subiu ligeiramente (de 12,0% para 15,9%), mas manteve-se num nível muito baixo quando comparado aos 42% de 2002 (GRÁFICO 11).

GRÁFICO 11 – DÍVIDA EXTERNA BRUTA / PIB (%)

Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

As reservas internacionais líquidas passaram de US\$ 352 bilhões para US\$ 374 bilhões (contra meros US\$ 16 bilhões em 2002) (Gráfico 12).

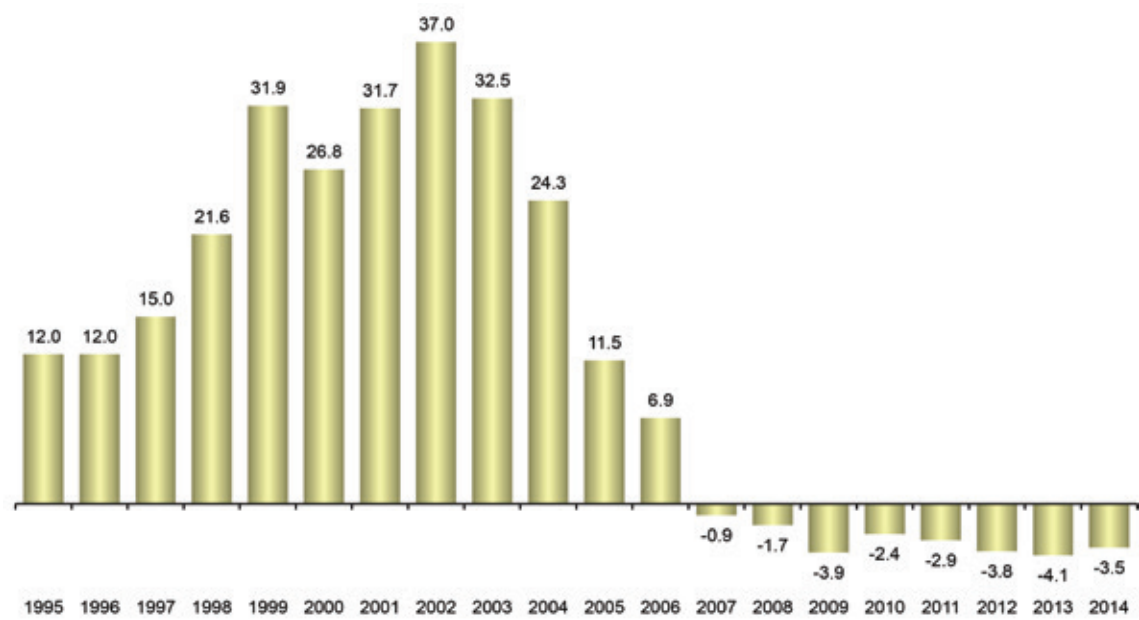
GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS* (US\$ Bilhões)

* De 1998 até 2005 os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI.

Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

A dívida externa pública líquida em relação ao PIB subiu um pouco (de 2,9% para 3,5%), mas manteve-se num nível bastante reduzido se comparado aos 37% de 2002.

GRÁFICO 13 – RELAÇÃO DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB (%)



Fonte: BCB | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

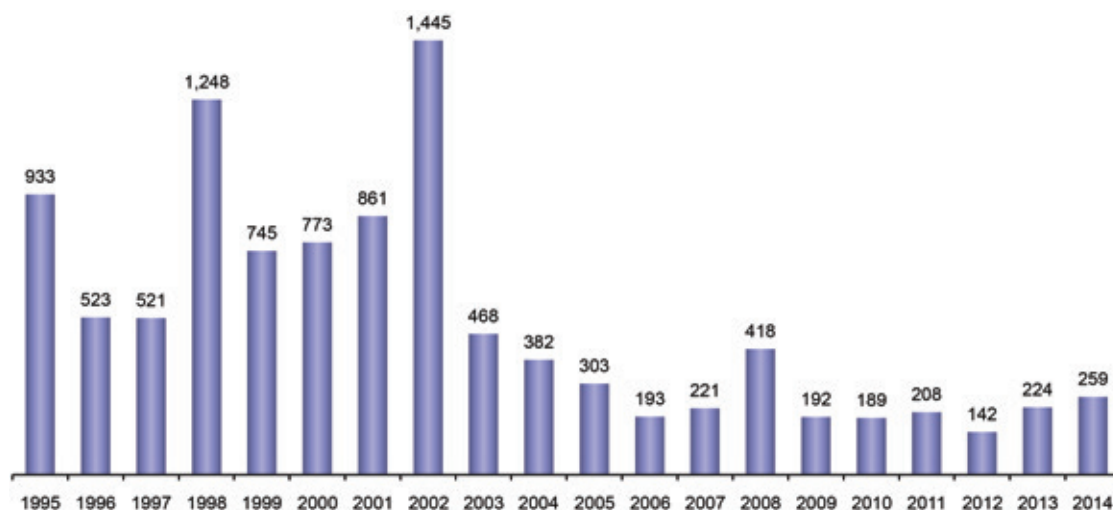
Apesar disso, a situação nas transações correntes era mais preocupante, devido ao nosso longo período de valorização cambial, que juntamente a queda nos preços das commodities afetou o setor externo brasileiro. Mesmo assim, a situação internacional brasileira estava longe de apresentar um cenário de crise. (TABELA 9).

TABELA 9 - BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES (% DO PIB)

Economia mundial	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Economias desenvolvidas	-0,86	-0,21	-0,01	-0,14	-0,06	0,34	0,36	0,58
• Estados Unidos	-4,96	-2,64	-2,97	-2,96	-2,85	-2,39	-2,36	-2,26
• Japão	4,87	2,89	3,96	2,14	0,99	0,68	0,53	1,94
• Canadá	0,78	-2,92	-3,51	-2,67	-3,27	-2,97	-2,20	-2,60
União Europeia	-0,47	-0,07	0,08	0,45	1,15	1,70	1,74	2,22
• Reino Unido	-2,74	-2,79	-2,60	-1,67	-3,74	-4,48	-5,51	-4,75
Zona do Euro	0,04	-0,24	-0,03	-0,07	1,54	2,16	2,34	3,32
• Alemanha	6,90	5,83	5,69	6,08	7,14	6,74	7,45	8,40
• França	-0,97	-0,83	-0,84	-1,03	-1,54	-1,43	-1,05	-0,10
• Itália	-1,42	-1,93	-3,47	-3,07	-0,43	0,96	1,81	2,63
• Portugal	-9,74	-10,42	-10,15	-6,02	-2,08	1,42	0,60	1,43
• Irlanda	-5,36	-3,05	0,57	0,80	1,56	4,37	6,19	4,87
• Espanha	-9,64	-4,28	-3,92	-3,17	-0,28	1,44	0,11	0,27
• Grécia	-13,99	-10,89	-10,10	-9,90	-2,47	0,58	0,93	1,36
Economias Emergentes	3,84	1,32	1,41	1,57	1,38	0,74	0,65	0,14
• África do Sul	-5,38	-2,73	-1,50	-2,16	-4,96	-5,77	-5,44	-4,57
• Argentina	1,99	1,97	-0,41	-0,72	-0,24	-0,81	-0,87	-1,72
• Brasil	0,11	-1,46	-2,14	-2,00	-2,25	-3,40	-3,88	-3,66
• Chile	4,09	2,04	1,74	-1,23	-3,63	-3,66	-1,16	-1,15
• China	10,08	4,76	4,00	1,86	2,57	1,93	2,02	3,18
• Colômbia	-2,98	-2,17	-3,18	-3,05	-3,20	-3,39	-5,01	-5,76
• Índia	-1,27	-2,80	-2,81	-4,24	-4,80	-1,73	-1,44	-1,27
• Rússia	5,49	4,12	4,42	5,11	3,54	1,64	3,09	5,38

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. | (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas | NA – Não se aplica | (+) Superávit; (-) Déficit

A “crise terminal” da economia professada pelos liberais militantes também não encontra respaldo nos indicadores sobre o Risco Brasil, que permaneceu em patamar reduzido em relação ao passado recente (Gráfico 14).

GRÁFICO 14 - RISCO BRASIL - ÍNDICE EMBI BRASIL (Fim de período)

Fonte: FMI | Elaboração: GOMES E CRUZ (2015).

O que se tentou demonstrar com este conjunto de indicadores é que, apesar de apresentar uma deterioração de alguns dados entre os anos de 2013 e 2014, o Brasil não apresentava, sob nenhum aspecto considerado, um cenário de crise, que exigisse tamanho sacrifício do povo brasileiro.

Na realidade, a deterioração econômica verificada em 2014 teve muito mais relação com as incertezas políticas e o cenário internacional adverso do que com decisões equivocadas de política econômica doméstica.

É evidente que as desonerações fiscais e a demora na decisão pelos modelos de concessão (que atrasaram a realização de um conjunto grande de investimentos), ajudam a deteriorar o cenário fiscal e de crescimento, mas são absolutamente insuficientes para explicar a forte desaceleração da atividade e a piora dos indicadores fiscais, em particular o déficit nominal, muito influenciado pelo aumento das taxas de juros já em 2013.

A despeito dos equívocos, é preciso destacar os méritos do governo de praticar medidas anticíclicas para manter um mínimo de funcionamento da economia em meio à crise financeira internacional, mantendo o nível de emprego e dos salários. Quais teriam sido os custos sociais se ações anticíclicas não tivessem sido adotadas?

2. CRÍTICAS AO AJUSTE

A piora dos resultados primário e nominal em 2014 ensejou a adoção de iniciativas para que não houvesse uma deterioração continuada das contas públicas. Diversos especialistas, no entanto, alertaram para a necessidade de haver uma boa calibragem nas medidas a serem adotadas para não comprometer a trajetória de longo prazo da economia, preservar as conquistas sociais e avançar na direção de uma sociedade mais justa⁷. Assim, é fundamental ressaltar que a atual política não é a única possível, mesmo para aqueles que defendem ser necessário algum tipo de ajustamento.

⁷ Consultar: BASTOS (2015); CONTI (2015); MELLO (2015); e PRADO (2015).

Na campanha eleitoral, dois projetos disputaram o segundo turno da eleição presidencial. Venceu a proposta favorável à continuidade do modelo em curso que estava promovendo distribuição de renda e inclusão social. Contudo, logo após a vitória, a presidente reeleita decidiu fazer o ajuste regressivo. Em outubro de 2014 diversos economistas já alertaram que:

“Este tipo de austeridade é inócuo para retomar o crescimento e para combater a inflação em uma economia que sofre a ameaça de recessão prolongada e não a expectativa de sobreaquecimento. O reforço da austeridade fiscal e monetária deprime o consumo das famílias e os investimentos privados, levando a um círculo vicioso de desaceleração ou mesmo queda na arrecadação tributária, menor crescimento econômico e maior carga da dívida pública líquida na renda nacional”⁸

Os efeitos da orientação dessa política econômica – marcada por uma política fiscal, monetária e creditícia contracionistas – se configuram fatores para a queda vertiginosa na taxa de crescimento, o aumento do desemprego, a redução da renda real do trabalhador e o aumento das taxas de inflação (apesar do aumento de juros), impulsionadas pela elevação dos preços das tarifas públicas e da forte desvalorização cambial.

Além disso, a queda da atividade promove a contínua corrosão da arrecadação pública, inviabilizando a obtenção de resultados fiscais superiores. Na prática, o ajuste recessivo está promovendo pesadamente uma desvalorização do salário real e uma veloz ampliação do desemprego, corroendo as bases do modelo socialmente inclusivo implantado nos últimos anos.

2.1. RACIONALIDADE DO AJUSTE: PRESERVAR A RIQUEZA FINANCEIRA.

A lógica que preside a condução do ajuste é a defesa dos interesses rentistas. A racionalidade da estratégia é capturar o Estado e submetê-lo a seu estrito controle, privatizar bens públicos e apropriar-se da receita pública. A preservação da riqueza requer o rebaixamento do custo da força de trabalho e fazer regredir o sistema de proteção social – objetivos confessos de diversos economistas liberais brasileiros. Antes de qualquer coisa, políticas de “austeridade” visam alterar a correlação de forças entre capital e trabalho⁹.

Entretanto, os defensores do rentismo vendem a ilusão de que o ajuste atual estaria inserido em uma estratégia de retomada do crescimento econômico. A obtenção do superávit primário contribuiria para a recuperação das expectativas do mercado, no que tange ao reequilíbrio das contas públicas, à inflação e ao crescimento. O aumento da poupança pública contribuiria para reduzir o ritmo de aumento dos juros, liberando-os do encargo de combaterem, sozinhos, a alta dos preços; enquanto isso, a retomada da confiança empresarial reduziria os juros longos, incentivando o investimento e, por consequência, aumentando o crescimento.

A contração fiscal seria “expansionista”, passando apenas por um curto período recessivo necessário para recuperar a confiança nas políticas de Estado. Nesta agenda, a recuperação das contas públicas é ponto central, valendo-se de cortes orçamentários, aumento de impostos indiretos e da redução do papel dos bancos públicos.

⁸ <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Manifesto-dos-economistas-pelo-desenvolvimento-e-pela-inclusao-social/7/32180>

⁹ MILIOS (2015)

O segundo ponto fulcral do plano é reduzir a inflação, levando-a novamente para o centro da meta. Os mecanismos para isso seriam o aumento dos juros conjugado ao supracitado ajuste fiscal, capazes de criar um cenário recessivo o suficiente para jogar a inflação para perto do centro da meta, independente dos custos sociais de tal ajuste. Por fim, promover-se-ia uma integração comercial liberalizante com o resto do mundo, mesmo diante da fragilidade da indústria brasileira.

A estratégia de ajuste fiscal tem por pressuposto que o corte de gastos públicos deverá melhorar os indicadores de dívida pública. Um dos seus objetivos era evitar o rebaixamento da nota de crédito do País pelas desacreditadas agências de risco. No entanto, a experiência brasileira dos anos de 1990, e também a europeia do período mais recente, mostram que, ao contrário do que espera o pensamento conservador, o impacto de um ajuste dessa natureza sobre a economia é de aprofundamento da recessão, enfraquecendo a arrecadação e exigindo mais e mais ajustes, realimentando as forças da recessão num ciclo vicioso que não tem fim.

2.2. COMPOSIÇÃO INADEQUADA

Outra crítica diz respeito à forma e composição assumidas pelo atual ajuste, pois diferentes ajustes geram efeitos econômicos igualmente diversos. A forma pela qual se optou por realizar o ajuste é a da adequação dos gastos ao comportamento das receitas, e não o inverso. Ou seja, decidiu-se apostar em cortes nos gastos públicos em um cenário de receitas cadentes, ao invés de se apostar em uma estratégia de ampliação das receitas através da retomada do crescimento econômico.

Optou-se por dar prioridade à redução dos gastos, ao invés de se priorizar o aumento de receitas tributárias, que poderia se dar por meio do crescimento econômico e com a ampliação dos impostos sobre a renda e o patrimônio. A maior parte do ajuste fiscal está ligada a cortes em gastos correntes e de investimentos, apesar de uma parte menor estar ligada ao aumento de impostos indiretos e de tarifas públicas.

O maior problema com essa estratégia é que se o governo é capaz de controlar seus gastos, ele não dispõe de poder para determinar a receita, que depende do comportamento do setor privado, o qual tem se demonstrado altamente contracionista em consequência do ajuste implantado.

A composição do ajuste se concentra em cortes de investimentos públicos e aumento de impostos indiretos, a pior composição possível para um projeto inclusivo¹⁰. Do ponto de vista da arrecadação, a elevação de tributos indiretos aprofunda o caráter regressivo e contrário ao investimento de nosso atual sistema tributário. Do ponto de vista dos gastos, os cortes nos investimentos públicos retiram um importante elemento dinamizador da economia, implicando fechamento de empresas prestadoras de serviços e demissão em massa nos setores ligados a obras públicas.

Com grande efeito multiplicador, os investimentos públicos (tanto na infraestrutura logística, social e urbana) são costumeiramente apontados como um caminho para a saída de processos recessivos, além de contribuir (no caso de investimentos na área social) para melhoria na distribuição de renda e riqueza.

10 Boa parte da redução das despesas está ligada a profundos cortes nos investimentos públicos, que apresentaram redução de 26,7% na comparação com o mesmo período de 2014, com os gastos no PAC apresentando queda de 32,5% em relação a março de 2014.

2.3. PREMISSAS IRREAIS

Num contexto internacional adverso (de desaceleração cíclica da economia doméstica devido ao fim do ciclo de duráveis), e com as fragilidades acumuladas em nossas cadeias produtivas (em função de décadas de valorização cambial), não há razões para crer que uma recuperação das contas públicas irá aumentar a confiança e o apetite por investimentos dos empresários. Ao contrário, a retirada do gasto público funcionará como um novo impacto negativo neste cenário difícil, reduzindo a demanda agregada, provocando regressão social, interditando o crescimento e desarmando as possibilidades de qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

Este cenário é agravado pelo ajuste apenas primário das contas públicas, pois enquanto a Fazenda propõe-se a fazer um superávit de R\$ 66,3 bilhões no ano, revisto agora para R\$ 8,7 bilhões, o Banco Central vai comprometendo qualquer melhoria da relação dívida bruta/PIB com a elevação dos juros e do déficit nominal e, para os investidores, são esses que interessam.

O governo atua, assim, de forma pró-cíclica, reduzindo o crescimento econômico e as receitas públicas. O ajuste atual traz consigo o risco de entrarmos em um círculo vicioso conhecido, como o que ocorre atualmente na Europa, onde ajustes recessivos levam à queda na receita, o que exige do governo novos ajustes recessivos

Com grande efeito multiplicador, os investimentos públicos são costumeiramente apontados como um caminho para saída de processos recessivos, além de contribuírem (no caso de investimentos na área social) para melhoria na distribuição de renda e riqueza. Até o FMI, em documento recente, ressaltou o papel estratégico do investimento público em infraestrutura como antídoto para a “estagnação secular” da economia global.¹¹

Não se pode desprezar o custo social que a estratégia atual de controle da inflação acarretará. A elevação continuada das taxas de juros combinada ao ajuste fiscal recessivo tem como consequência a queda do crescimento e o aumento rápido das taxas de desemprego, que promovem a redução na renda e nos salários. De fato, a estratégia atual para combater a inflação pressupõe a queda do emprego, da renda e dos salários.

2.4. PRIMEIROS RESULTADOS: O FRACASSO DA AVENTURA NEOLIBERAL

Os primeiros resultados confirmam os limites da estratégia liberal. Após oito meses do seu início, os efeitos da atual política econômica são visíveis: queda vertiginosa na taxa de crescimento, aumento do desemprego, redução da renda real do trabalhador e aumento das taxas de inflação. Além disso, como previsto, a tão esperada retomada da confiança empresarial não dá sinais de ocorrer, com a queda da confiança dos consumidores e dos empresários tendo se intensificado após a implantação do juste. A inadimplência das empresas aumentou em 12,9% entre julho de 2014 e 2015.¹² Na comparação com agosto de 2014, a Intenção de Consumo das Famílias recuou 32,3%.¹³

Cálculos do Banco Central apontam que o país encontra-se em recessão técnica (dois trimestres seguidos

11 IMF (2014 a) Legacies, Clouds, Uncertainties, World Economic Outlook, October 2014 Washington D.C.: International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org>.

12 <http://www.valor.com.br/brasil/4186772/inadimplencia-das-empresas-sobe-66-em-julho-nota-serasa>

13 <http://www.valor.com.br/brasil/4186616/intencao-de-consumo-das-familias-tem-menor-nivel-em-5-anos-aponta-cnc>

de contração da atividade econômica).¹⁴ Dado esse quadro, setores do mercado já trabalham com projeção de queda do PIB de 2,5% em 2015. O Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE) para o Brasil, que “o fim da recessão atual é improvável nos próximos meses”.¹⁵

Ademais, mesmo os objetivos mais imediatos não estão sendo alcançados. O ajuste fiscal, como se sabe, prejudicado pela substantiva queda de arrecadação¹⁶, não será capaz de alcançar a meta inicial de 1,2% do PIB em 2015, a qual foi revisada, em julho, para R\$ 8,7 bilhões (equivalente a 0,15% do PIB). O ajuste “temporário” deve se aprofundar em 2016 (pela primeira vez, o orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional apresenta déficit primário).

Para piorar, os gastos decorrentes da elevação do gasto com juros da dívida pública (subiu para 8,4% do PIB) mais do que compensam o esforço fiscal do governo, elevando o déficit nominal (7,3% do PIB em junho, contra 6,7% em dezembro de 2014) e promovendo o crescimento do endividamento bruto (62,5% do PIB ante 59% em dezembro de 2014)¹⁷.

A insinuação de que estes resultados negativos são apenas uma herança dos desarranjos anteriores, ou mesmo uma etapa intermediária rumo à retomada do crescimento, esbarram na própria inconsistência do discurso oficial, que projetava a retomada econômica para meados de 2015.

A inflação, de seu lado, mesmo com o prolongado ciclo de altas de juros, permanece em trajetória de alta, impulsionada pelo aumento das tarifas públicas e pela desvalorização do câmbio. A variação do IPCA acumulada em 12 meses totaliza 8,9%, indicando que o teto da meta dificilmente será alcançado.

Nesse contexto, mesmo que o país alcance em 2016 a meta de inflação prevista para esse ano de 5,4%, isso se dará menos pela inócua política de altos juros do Banco Central (no combate a uma inflação predominantemente de custos), do que pelo tamanho e duração da recessão que se avizinha. Um preço muito alto a pagar pela população pela inconsistência do ajuste ortodoxo.¹⁸

O setor externo, última esperança de recuperação econômica do governo, não parece ser capaz de reagir rapidamente à desvalorização cambial, com as incertezas reinantes na economia mundial e com o país incorrendo em déficits preocupantes na balança de transações correntes (apesar de ainda financiáveis, em boa medida, com a entrada de investimentos estrangeiros diretos).

A recente decisão da desacreditada agência de classificação de risco *Standard and Poor's* de rebaixar a nota soberana do Brasil, reflete a “derrapagem” das finanças públicas em decorrência da imposição de um “ajuste” recessivo que deteriorou os principais agregados macroeconômicos, inclusive com o agravamento do cenário fiscal. Em vez de nos salvar da eventual perda do grau de investimento, a política de “ajustamento” ampliou nossos desajustes e acelerou o processo de rebaixamento. A crença pueril de que, ao seguir as orientações do mercado financeiro, seus agentes poupariam o Brasil de eventuais rebaixamentos, se provou falsa. Diante da desaceleração da arrecadação, os representantes financeiros exigem sempre novos cortes, chegando a propor mudanças constitucionais para retirada de direitos sociais.

14 <http://www.valor.com.br/brasil/4185978/previa-do-bc-aponta-queda-no-pib-do-trimestre-e-recessao-tecnica>

15 <http://www.valor.com.br/brasil/4184648/indicador-da-fgv-aponta-que-fim-da-recessao-nao-esta-vista>.

16 <http://www.valor.com.br/brasil/4184812/arrecadacao-de-impostos-tem-pior-julho-em-cinco-anos>

17 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1649655-divida-e-deficit-publicos-batem-recorde-com-economia-menor-e-juros-maiores.shtml>

18 OLIVEIRA (2015).

Como ocorreu na Grécia e em outros países europeus, os defensores da austeridade não se contentam com cortes de investimentos e gastos correntes, propondo a privatização dos serviços públicos e o fim dos direitos sociais. O objetivo destas medidas é destruir qualquer vestígio do Estado de bem-estar social, aproveitando o momento de crise para retirar de maneira definitiva os direitos dos trabalhadores e promover a privatização total do Estado.

Essa prática de chantagem constante, com ameaças de rebaixamento e retirada do crédito externo caso não seja seguida a cartilha liberal, não é novidade para países em desenvolvimento e provoca uma verdadeira fratura social ao retirar os direitos dos mais pobres. A conta acaba sempre recaindo sobre aqueles que precisam de empregos e dependem dos serviços públicos para sobreviver, com os mais ricos se recusando a contribuir para o “ajuste” que tanto defendem. Por meio de seus representantes na imprensa, fazem acreditar que a culpa da crise é dos salários “demasiadamente altos” ou dos direitos sociais “excessivos”, enquanto seguem abocanhando parcelas crescentes do PIB na forma de juros e dividendos

Mas os custos do ajuste não param por aí. O aumento do desemprego e o rebaixamento dos salários já aparecem como dados preocupantes na estatística oficial.

A taxa de desemprego (Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu 7,5% em julho (sétimo avanço consecutivo), ante os 4,9% verificados no mesmo mês de 2014.

O aumento da taxa de desemprego veio acompanhado pelo aumento da informalidade e de atividades autônomas, sem a proteção da legislação trabalhista. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada encolheu 3,1% em julho deste ano, na comparação ao mesmo mês do ano passado, queda de 359 mil vagas.¹⁹

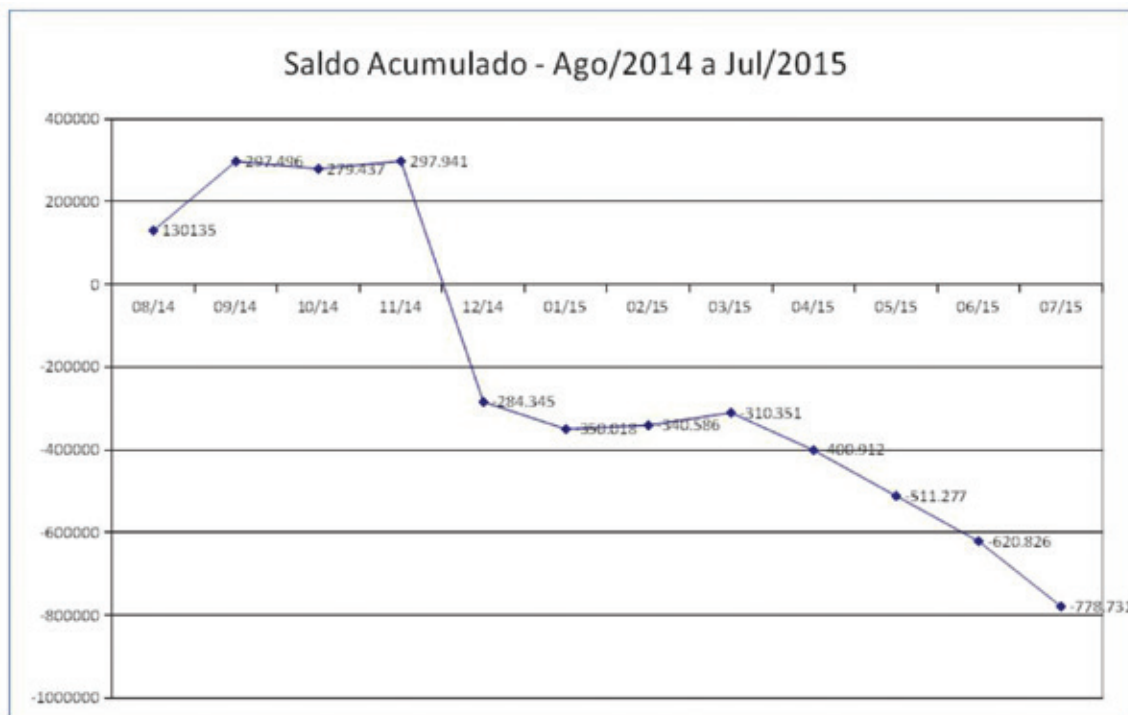
O desemprego é apontado como a principal causa do aumento da inadimplência. Estudos divulgados pela SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) revelam que para 33% dos brasileiros endividados, a perda do emprego se tornou a principal razão para a inadimplência. Para 52% dos endividados, a maior dificuldade para a realização dos pagamentos é que o valor da dívida é muito superior aos ganhos, sendo que 45% dos inadimplentes não têm condições de quitar as dívidas nos próximos três meses²⁰.

O setor formal do Mercado de Trabalho no Brasil apresentou o pior mês de julho da série histórica, com uma perda líquida de 157.905 empregos com carteira de trabalho (CAGED/MTB). Apenas a Indústria, que eliminou 64,3 mil empregos. Este resultado levou a uma queda de 494.386 empregos formais no ano (até julho de 2015) e de 778.731 nos últimos 12 meses (GRÁFICO 15). A previsão para o ano de 2015 aponta para uma perda de aproximadamente 1.300.000 empregos formais, o pior resultado de toda a série²¹.

19 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1671169-desemprego-maior-e-acompanhando-por-aumento-da-informalidade.shtml>

20 <http://www.valor.com.br/brasil/4184800/desemprego-e-principal-motivo-da-inadimplencia-no-pais-diz-pesquisa>

21 <http://www.trabalhoje.com.br/caged-julho-2015/>

GRÁFICO 15 – GERAÇÃO DE TRABALHO FORMAL

Fonte: CAGED/TEM | <http://www.trabalho hoje.com.br/caged-julho-2015/>

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) divulgada em maio de 2015 mostram queda de 5% do rendimento médio real, o que foi saudado como “uma boa notícia” por setores da ortodoxia econômica. Era um sinal de que começava a haver “luzes no fim do túnel”²².

Na prática, portanto, o ajuste recessivo está promovendo uma pesada desvalorização do salário real e uma veloz ampliação do desemprego, objetivo confesso de diversos economistas liberais como mecanismo de controle da inflação.

Desde meados de 2013 os economistas liberais brasileiros têm argumentado que o baixo desemprego seria o vilão da estabilidade monetária. Um representante do mainstream professou que “a saída é frear a economia. É demitir mesmo”²³. Em outra oportunidade, voltou à carga nos seguintes termos: “Não há alternativa realista para redução da inflação que não passe pela moderação dos aumentos salariais. Porém, se os salários sobem hoje em larga medida por conta do baixo desemprego, a conclusão é que esse nível de desemprego é incompatível com a inflação próxima à meta de 4,5%”²⁴.

22 <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/07/1651777-luzes-no-fim-do-tunel.shtml>

23 <http://oglobo.globo.com/economia/delfim-ataca-genios-dos-juros-altos-7935616#ixzz3fc2iGmL>

24 <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2013/05/1282673-paladinos-da-estagflacao.shtml>.

O “maior risco” do Brasil é o “da marcha a ré social”, afirma, corretamente, um executivo internacional: “No Brasil foram liberados 54 milhões de brasileiros da extrema pobreza e dado a eles a esperança de se tornarem parte da classe média. E quando se começa a empurra-los de volta para a pobreza, é um perigo social extremo”²⁵.

A política econômica em curso está acarretando a desconstrução do modelo socialmente inclusivo implantado nos últimos anos, sem criar condições para o estabelecimento de uma trajetória de crescimento não só sustentável, mas que dê continuidade ao citado processo de inclusão.

²⁵ <http://www.valor.com.br/empresas/4176080/os-problemas-do-pais>

II. REFORMAS CONSERVADORAS: DESTRUINDO AS PONTES PARA O FUTURO

A crise econômica passou a ser usada como justificativa para a redução de direitos sociais e trabalhistas, contestando-se os avanços conquistados pela sociedade a partir da vigência da Constituição Federal de 1988. O ataque generalizado contra garantias trabalhistas, à ordem jurídica e o Estado Social coloca em risco a democracia. A defesa destas conquistas da luta pela democracia é pauta fundamental para a preservação do Estado Democrático de Direito²⁶.

As “reformas estruturais” propostas pelo mercado, e acolhidas pelo Congresso Nacional e pelo Executivo Federal, representam uma modernização econômica restrita e conservadora, que ignora as demandas sociais que emergiram no recente e curto ciclo democrático iniciado após 1988.

Essas propostas voltadas para o curto prazo são prejudiciais aos objetivos de longo prazo, pois, poderão destruir os instrumentos institucionais e financeiros necessários para um projeto de desenvolvimento como proposto neste documento (Volume II).

A sociedade brasileira está diante de uma ofensiva que se aproveita de entrelaçadas crises na economia, na política, nas instituições do Estado, na imprensa e nos meios sociais para fazer avançar seus objetivos²⁷. A suposta crise econômica ofereceu novo pretexto para implantar um programa neoliberal. Pela segunda vez, o setor rentista ressuscita a famigerada “Agenda Perdida” elaborada em 2002 por um grupo de economistas ortodoxos ligadas a uma ONG financiada pelo Banco Mundial²⁸.

Como se sabe, desde a sua promulgação em 1988, o Estado Social instituído pela Constituição Federal tem sido objeto da fúria do poder financeiro. O falso argumento de que as demandas sociais da democracia “não cabem no orçamento” voltou a ser o mote para a afronta às normas sociais constitucionais.

Alguns representantes desses interesses e sentenciam que “a construção de superávit primário que consiga estabilizar a dinâmica da dívida pública” requer a mudança no “contrato social da redemocratização”²⁹. Em suma, querem regredir as conquistas sociais da Constituição de 1988. Argumentam que desde 1993 os gastos “obrigatórios” têm crescido num ritmo que compromete a estabilização da dívida pública. Desconsideram fatores atípicos na série de dados iniciada em 1993. Por exemplo, ignoram a irrupção do represamento secular dos direitos sociais que ocorreu a partir desse ano por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou o cumprimento imediato da Constituição de 1988. É surpreendente que os ditos guardiões das contas públicas, não escrevam uma linha sequer sobre o espantoso ritmo de crescimento do estoque da dívida pública e dos gastos com juros, o verdadeiro desajuste fiscal brasileiro.

No Congresso, esses setores impõem uma ampla pauta de projetos demandados pelo mercado que inclui, entre os principais: terceirização das relações trabalhistas (PLC 30/15), redução da maioria penal, ampliação do uso de armas, financiamento privado das campanhas; lei antiterrorismo que criminaliza a mobilização social, e o fim do sistema de partilhas do Pré-Sal.

26 <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Contra-oportunismos-e-em-defesa-do-direito-social/40/34439>

27 Guimarães (2015).

28 <http://www.iets.org.br/projeto/a-agenda-perdida>

29 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/07/1654703-a-situacao-se-complica.shtml>

Para cumprir os imperativos do ajuste fiscal, o Executivo federal encaminhou e aprovou no Congresso Nacional medidas que restringem a concessão de benefícios sociais como pensões por morte, auxílio-doença, seguro-desemprego e abono salarial (MPs 664 e 665, convertidas nas leis n. 13.134/15 e n. 13.135/15).

A ofensiva conservadora ameaça os direitos de cidadania assegurados pela Constituição de 1988. Como mencionado, o novo mantra do mercado é sentenciar que a estabilização da dívida pública depende da mudança no “contrato social da redemocratização”.

O Ministro da Fazenda anuncia a possibilidade de adoção de “fortes medidas de ajustes”, que inclui o corte das despesas sociais “obrigatórias”, como benefícios sociais assegurados pela Carta de 1988.

Para facilitar os cortes, estuda-se ampliar a Desvinculação das Receitas da União (DRU), elevando o percentual dos atuais 20% para 30% no próximo ano (estima-se que cerca de R\$ 120 bilhões seriam capturados das fontes de financiamento do gasto social).

Em 2015, o SUS tem sido alvo de inúmeros ataques que restringem objetivamente o direito à saúde, aprovado na Constituição de 1988. A primeira alteração refere-se a “constitucionalização” do subfinanciamento da saúde pública, com a aprovação da emenda constitucional denominada orçamento impositivo (EC 358). A segunda mudança é a permissão para participação direta ou indireta, incluindo o controle, do capital estrangeiro na assistência à saúde. O racionamento no acesso e os problemas de qualidade no SUS serão intensificados e os fundos estrangeiros poderão ser utilizados para a expansão da oferta privada. O retrocesso inviabilizou e desmobilizou o Projeto de Iniciativa Popular, o Saúde +10, organizado pela CNBB, OAB e Conselho Nacional de Saúde, subscrito por mais de dois milhões de brasileiros, que previa a aplicação de no mínimo 10% da Receita Corrente Bruta (RCB) da União para a saúde.

O conteúdo das medidas representa um enorme retrocesso no longo e penoso processo de efetivação do SUS. Os ataques ao SUS não pararam por aí. Tramita na Câmara dos Deputados proposta de Emenda Constitucional 451 que obriga todos os empregadores, de trabalhadores urbanos e rurais, a fornecerem planos privados de saúde, ou seja, estabelecendo por decreto estatal, um extenso mercado de planos de saúde. Esta PEC se encontra tramitando atualmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Recente ação do Senado Federal trouxe a proposta de cobrança das ações do SUS por faixa de renda e fim das ações judiciais contra a negação ou postergação de coberturas de planos de saúde. Foram necessários imensos esforços, incluindo posicionamentos do atual Ministro da Saúde, ex-ministros e entidades do movimento sanitário para retirar da pauta uma ideia completamente anacrônica e que resultaria na reversão das tendências de redução das desigualdades no acesso às ações de saúde, penosamente conquistadas pelo SUS.

Outras iniciativas do Parlamento apontam no sentido do afrouxamento da legislação ambiental, transferência para o Congresso da decisão sobre a demarcação dos territórios indígenas, revisão do marco jurídico do setor da mineração, extinção da união aduaneira do MERCOSUL, criação da “Autoridade Fiscal Independente”, desvinculação da receita orçamentária (saúde, educação, previdência, assistência social e seguro-desemprego), ampliação da idade mínima para aposentadoria, “ajustar o acesso à educação nos programas de financiamento público”, e “aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde”.

Estas reformas poderão dinamitar as pontes para um projeto de desenvolvimento nacional como proposto neste documento.

O momento é de fortalecer o coro contra os setores conservadores e defender a luta em favor das crianças e dos

adolescentes, por um Estado laico e contra a terceirização, contra a criminalização das lutas sociais, o machismo, o racismo e a homofobia.

É hora de fazermos uma ampla mobilização social com o objetivo claro de lutar contra o atual modelo econômico, traduzido na política de ajuste fiscal na qual os povos pagam a conta e as classes dominantes se acertam em torno de uma agenda de desconstrução de direitos sociais, do meio ambiente e de culturas, como a de povos indígenas e quilombolas, por meio da exploração predatória dos bens comuns.

III. AGENDA DO CURTO PRAZO: MUDAR PARA SAIR DA CRISE

As propostas apresentadas de forma sumária neste documento visam contribuir para retirar o país da crise em que mergulhou em 2015 e para consolidação de um projeto sustentável de crescimento com inclusão social.

Uma agenda de curto prazo que permita tornar essa “travessia” mais suave, construindo os alicerces para um novo momento de desenvolvimento econômico precisa enfrentar as seguintes questões:

1. PRESERVAR O EMPREGO E A RENDA.

Nas últimas décadas a desigualdade de renda tem aumentado continuamente na maioria das economias avançadas e nas principais economias emergentes. Nesse cenário, cresce a percepção de que a desigualdade social prejudica o crescimento da economia e ameaça a estabilidade global.

No Brasil, a prioridade atual é frear o crescimento da desigualdade da renda, que coloca por terra os avanços obtidos nos últimos anos.

A preservação do emprego e da renda dos trabalhadores é crucial para estancar o retrocesso social e para a consolidação de um mercado interno de consumo de massas capaz de sustentar o crescimento econômico e, por consequência, revigorar a arrecadação governamental, baseada, em grande parte, nas contribuições sobre a folha de salários.

Além de uma “agenda pró-crescimento” – condição necessária para revigorar o mercado de trabalho – também são necessárias medidas emergenciais de curto prazo. Neste sentido, é bem vindo o Programa de Preservação do Emprego, que deve ser ampliado e ter sua duração estendida; assim como o crédito direcionado dos bancos públicos, utilizado como condicionalidade para a manutenção dos empregos. Da mesma forma, destaca-se a necessidade da adoção de medidas de incentivo à contratação e manutenção de pessoal ocupado nas pequenas e médias empresas, principais empregadoras do país.

O setor público precisa manter as condições de contratação e pagamento dos serviços privados, evitando longos atrasos no pagamento que levam muitas empresas a entrarem em dificuldades financeiras e demitirem seus funcionários devido aos atrasos dos repasses públicos.

2. DESARMAR A ARMADILHA RECESSIVA.

O atual quadro recessivo precisa ser rapidamente revertido caso se deseje retomar o processo de desenvolvimento no futuro próximo.

Não há ajuste fiscal possível em um cenário de recessão e decréscimo das receitas públicas. A condução atual da política fiscal e monetária impede a retomada do crescimento econômico, deprimindo o mercado interno e enfraquecendo as perspectivas de investimento.

O agravamento da situação fiscal se deve particularmente à profunda queda da arrecadação decorrente do baixo crescimento, majorado exatamente pela adoção do ajuste recessivo.

Aproximadamente 90% do déficit nominal corrente pode ser explicado pela conta de juros, que é incapaz de ser compensado pelo resultado primário.

Assim, o aumento da relação dívida/PIB, indicador central da solvência fiscal, se dá em razão tanto do elevado déficit nominal (juros e encargos financeiros) quanto pela queda do PIB, motivada pelo ajuste.

O alegado “desequilíbrio estrutural” das contas públicas, onde as despesas obrigatórias crescem em um ritmo maior que a arrecadação, só ocorre de fato em momentos de baixo crescimento econômico como o atual.

O desafio, portanto, não é conter as despesas obrigatórias (retirando direitos sociais e reduzindo gastos em setores como educação e saúde), mas sim preservar o crescimento econômico para sustentar o Estado de Bem Estar que decorre do pacto social da constituição de 1988.

Em momentos de queda do crescimento, é necessária uma política fiscal anticíclica, para retomar o crescimento e sustentar o equilíbrio fiscal no médio prazo, ao mesmo tempo em que se ampliem os investimentos e se assegurem os direitos sociais.

Eventuais ajustes dos programas e direitos sociais não devem ser discutidos como problemas técnicos, mas políticos, e devem ser discutidos no ambiente democrático, com ampla participação social.

Ninguém é contrário a melhorias na gestão dos recursos públicos, tornando os gastos mais efetivos e eficientes, mas não se pode confundir eficiência com regressão de direitos e desconstrução dos serviços públicos.

É fundamental uma alteração de rumos da política macroeconômica, visando a redução dos gastos com juros da dívida pública, a ampliação da oferta de crédito para investimento e a reativação do investimento público como indutor do investimento privado.

3. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.

Em função da longa estagnação da economia mundial pós-crise de 2007-2008, os fundamentos doutrinários Em função da longa estagnação da economia mundial pós-crise de 2007-2008, os fundamentos doutrinários neoliberais adotados pelos organismos internacionais desde os anos 1990, consubstanciados no chamado tripé macroeconômico (câmbio flutuante, superávit fiscal e regime de metas de inflação), passaram a ser questionado até por instituições como o FMI e o Banco Mundial³⁰.

Diversas nações implantaram políticas tais como regime de bandas fiscais, câmbio flutuante administrado; a dupla missão do Banco Central (promover a estabilidade e o bem-estar social) e versões mais flexíveis do regime de metas de inflação (a maioria dos países utiliza um prazo médio de dois anos ou mais ou um período móvel)³¹.

Algumas características dessas experiências internacionais podem inspirar mudanças na institucionalidade desses regimes no Brasil.

30 http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1555117

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/blanchard.htm>

31 PAULA E SARAIVA (2015).

3.1. REGIME FISCAL: ESTABELECEER “BANDAS” E PRAZOS MAIS AMPLOS

A meta fixa retira das autoridades governamentais qualquer flexibilidade para fazer a acomodação dessas flutuações no orçamento. O governo pode decidir quanto gastar, mas é incapaz de definir suas receitas, que dependem do comportamento do setor privado.

Com a crise, em sua visão, os contingenciamentos de gastos no orçamento tornam-se a única alternativa para buscar garantir as metas estabelecidas. O que leva a cortes de despesas em áreas essenciais para o crescimento econômico, como os investimentos, e nas áreas sociais.

Uma boa regra fiscal necessita contar com certa flexibilidade para lidar com essas flutuações, tanto para preservar a importante função de planejamento do orçamento, como para proteger gastos essenciais do Estado para a economia e a sociedade, sem descuidar do atingimento da meta fiscal.

O estabelecimento de “bandas” em torno de meta do superávit é o mais recomendável para que as expectativas dos agentes econômicos não fiquem negativamente aguçadas a cada frustração de receitas ou a cada aumento (inesperado) de gastos. Diversos países adotam “bandas” tanto para o regime monetário quanto para o regime fiscal

3.2. RETIRAR OS INVESTIMENTOS DO CÁLCULO DA META DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO.

Uma prática também corriqueira em diversos países do mundo é a retirada de parte ou da totalidade dos investimentos públicos das metas de superávit primário, uma vez que tais investimentos geram receitas futuras e se financiam no médio e longo prazo.

Como ensina a experiência internacional, essa medida não gera pressões fiscais no longo prazo, desde que se estabeleça uma limitação para o avanço dos gastos correntes decorrentes dos novos investimentos públicos.

O desbloqueio do investimento público pode reativar o circuito do gasto privado, ajudando a economia a reverter sua atual situação recessiva e aumentando a receita fiscal

3.3 ALTERAR O ANO CALENDÁRIO DO REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO (RMI)

Assim como ocorre com o regime fiscal, o combate à inflação requer alguma flexibilidade para lidar com as flutuações de preços e internos e externos. Em diversos países a meta considerada é a da inflação em vinte e quatro meses. Uma meta de longo prazo dá mais margem à política monetária para responder às elevações permanentes na taxa de inflação.

Assim, estender o período para convergir a inflação para o centro da meta não é fato alienígena à experiência internacional, sendo adotado por vários países que se valem da política de metas inflacionárias, em particular quando os choques inflacionários não são de demanda, como o atual cenário nacional

3.4. CALCULAR A INFLAÇÃO PELO NÚCLEO DE PREÇOS

Para lidar com choques temporários de preços, estimulados por razões internas e externas, diversos países que seguem o RMI adotam o “núcleo de preços” para o cálculo da taxa de inflação, excluindo-se os itens sob os quais a política monetária possui pouco ou nenhum impacto.

O uso do IPCA no caso brasileiro é inadequado, primeiro por considerar um espectro muito grande de renda na composição da cesta de consumo média, mas principalmente por incluir produtos e serviços que tem seu preço determinado por fatores externos, que não são alvo de controle da política monetária. Considerar a meta do núcleo e utilizar o índice cheio como ferramenta complementar de acompanhamento da inflação é prática corriqueira e recomendável dentro do regime de metas inflacionárias.

3.5. AMPLIAR O DEBATE SOBRE AS CAUSAS DA INFLAÇÃO E OS INSTRUMENTOS PARA COMBATÊ-LA

Parece evidente que a inflação no Brasil tem características próprias, como uma alta sensibilidade a choques de oferta, uma estrutura produtiva dominada por insumos importados, um elevado grau de oligopolização de alguns setores e uma presença incessante de uma inércia inflacionária herdada do período de hiperinflação, como pode se observar nos reajustes de preços administrados, aluguéis e na remuneração dos títulos públicos.

Combater esta inflação de múltipla origem exige a adoção de políticas e instrumentos econômicos mais refinados e sofisticados que a simples manipulação da taxa básica de juros da economia. Não é com desemprego que se combate a inflação.

No médio prazo, estas discussões acerca da inflação brasileira devem desencadear medidas de desindexação da economia, avanços na estrutura de oferta, políticas de administração de estoques de bens estratégicos, mecanismos de estabilização da taxa de câmbio (em patamares competitivos) e de desconcentração dos setores oligopolistas da economia nacional.

Estas medidas devem ser encaradas como formas privilegiadas no combate à inflação, retirando o foco exclusivo que hoje recai sobre a taxa de juros de curto prazo e/ou a obtenção de superávits primários à custa dos investimentos públicos.

3.6. ESTABELECE O DUPLO MANDATO DO BANCO CENTRAL: ESTABILIDADE DE PREÇOS E EMPREGO

No Brasil, o mandato do Banco Central está exclusivamente centrado no combate a inflação e sem preocupações com o nível de atividade e emprego. Incorporar a questão social e do emprego requer a utilização de outros instrumentos de política monetária para a obtenção simultânea destes objetivos.

3.7. REGULAR O MERCADO DE CÂMBIO

A taxa de câmbio real/dólar é umas das mais voláteis do mundo, com grande sensibilidade ao cenário internacional e com um mercado de câmbio extremamente permeável à especulação financeira.

As altas taxas de juros têm grande responsabilidade na atração de capitais de curto prazo que provocam rápidas ondas

e de valorização e desvalorização cambial, mas também há uma institucionalidade que favorece essa especulação cambial. No Brasil, os movimentos da taxa de câmbio não dependem do fluxo de câmbio, é no mercado de derivativos onde se negocia múltiplas vezes o volume de dólares do mercado à vista, que se determina a taxa de câmbio³².

Nesse sentido, a opção por uma taxa de câmbio menos volátil e que reflita as condições reais da economia brasileira exige um olhar sobre a regulação do mercado de câmbio, não apenas sobre fluxos de capital, mas também sobre a operação com derivativos. Com uma melhor regulação do mercado e uma redução da atividade especulativa, a taxa de câmbio será menos volátil e as políticas de intervenções e de *swaps* do Banco Central serão muito mais eficazes em corrigir distorções cambiais.

4. BAIXAR OS JUROS

O argumento da ortodoxia para que sejam mantidas taxas tão altas de juros não encontra nenhuma justificativa pelos seus efeitos numa inflação que é preponderantemente de custos (desvalorização cambial, aumento de preços de bens e serviços monitorados pelo governo, e a própria elevação dos juros), além de alguns problemas de sazonalidade (alta dos alimentos devido à seca etc.), e que não responde (ou responde muito pouco) a essa política perversa.

No longo prazo, no entanto, seus efeitos podem decretar desindustrialização e estagnação da economia com o consequente flagelo do desemprego. Os aumentos de juros altos só se justificam quando a economia está superaquecida, não há capacidade ociosa dos recursos produtivos e há forte pressão da demanda agregada.

Situação que não se verifica no Brasil. Ao contrário, vive-se uma recessão em processo de avanço, com aumento do desemprego e queda do rendimento médio do trabalho, índices crescentes de inadimplência e queda no grau de utilização da capacidade produtiva da indústria.

Os impactos negativos dos juros elevados são visíveis. No mês junho, o déficit nominal do setor público brasileiro atingiu 8,12% do PIB no acumulado de 12 meses. O déficit primário, por sua vez (0,8% do PIB em 12 meses), representa pouco menos de 10% do resultado nominal global.

Comparando com outras economias, em relação ao déficit primário, o déficit do Brasil de 0,63% do PIB foi inferior ao das economias desenvolvidas (-2,2% do PIB) e, entre essas, do déficit dos Estados Unidos (-3,2%), do Japão (-7,1%), do Canadá (-1,4%), da União Europeia (-0,8). Entre as economias emergentes mais relevantes, todas registraram déficits primários superiores ao do Brasil, com destaque para a Índia, cujo déficit atingiu 2,6% do PIB, ainda de acordo com o FMI.

A principal responsabilidade pela magnitude do déficit nominal, no Brasil, reside na manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas e nas rotineiras intervenções do Banco Central no mercado de câmbio, com a venda de swaps cambiais. Juntos, os juros e as perdas do BC com essas operações, já são responsáveis por despesas financeiras, neste ano, de R\$ 225,9 bilhões (contra R\$ 120,2 bilhões em 2014), sendo que, no acumulado de 12 meses até junho, esses gastos atingiram R\$ 417 bilhões, o correspondente a 7,32% do PIB, ou seja, 90% de todo o déficit nominal. Com isso, não há como a relação dívida bruta/PIB possa deixar de crescer: de dezembro de 2014, quando fechou em 58,9% do PIB, essa relação evoluiu para 63% em junho, um aumento de 4,1 pontos percentuais do PIB.

32 <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Pedro%20Rossi%20-%20Politica%20Cambial.pdf>

Enquanto o ajuste asfixia o lado real da economia, derrubando o produto, o emprego e a renda, para produzir um modesto superávit primário de 1,2% do PIB (agora reduzido a 0,15%, dado a queda na arrecadação), todo este sacrifício e ônus impostos à população mais do que se perde com a política inconsequente das autoridades monetárias que garante, em nome do combate a uma inflação que não é de demanda, o aumento do desequilíbrio financeiro do governo, medido pelo resultado nominal de suas contas e de sua dívida.

Nessa situação, se o governo pretende construir um melhor caminho para a travessia, não pode deixar de rever a sua política de juros comandada pelo Banco Central, e dar início o quanto antes à sua redução. Essa redução representaria um importante estímulo para dar algum fôlego para a atividade produtiva, o emprego e a renda do trabalhador, atenuando as tensões atuais.

5. RECOMPOR A CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO ESTADO

A recomposição da capacidade de financiamento do Estado é uma alternativa para substituir o ajuste fiscal.

Como mencionado, não há ajuste fiscal possível com taxas de juros estratosféricas. Além disso, como se sabe, a melhor alternativa para o ajuste das contas públicas é o crescimento da economia, que potencializa as receitas governamentais.

O desafio é recompor a capacidade de financiamento do Estado pela revisão dos incentivos fiscais, o combate à sonegação e, principalmente, pela realização de reforma tributária que enfrente a vergonhosa injustiça do sistema de impostos, altamente regressivo e ineficiente.

5.1. REVISÃO DA POLÍTICA DE RENÚNCIAS FISCAIS

Essa política recorrente nas últimas décadas foi aprofundada no período recente. Entre 2010 e 2014, em valores constantes, essas renúncias fiscais saltaram de R\$ 184 bilhões para R\$ 263 bilhões (de 3,6% para 4,7% do PIB). Comprometendo quase 25% arrecadação tributária federal, estas renúncias respondem, em grande medida, pelo ligeiro déficit primário verificado em 2014³³.

5.2. REORGANIZAR O ESTADO PARA COMBATER A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

A última apuração do Grupo TAX JUSTICE NETWORK, com dados do Banco Mundial, revelou que o Brasil é vice-campeão mundial em sonegação de impostos (13,4% do PIB). Perdemos apenas para a Rússia (14,2% do PIB).

Em valor, a evasão fiscal no Brasil em 2011 foi de US\$ 280 bilhões, só atrás dos EUA, de US\$ 337 bilhões. Só que o valor da sonegação norte-americana corresponde a somente 2,3% do PIB³⁴.

A criação (mesmo com alíquota reduzida) de um imposto sobre transações financeiras contribui para a criação de uma base de dados que dificulte a evasão fiscal, concentrada nos setores mais ricos da sociedade.

33 SALVADOR (2015).

34 <http://www.valor.com.br/brasil/3333552/no-mundo-brasil-so-perde-para-russia-em-sonegacao-fiscal-diz-estudo>

5.3. REFORMAR A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E PROMOVER A JUSTIÇA FISCAL

O Brasil é uma das sociedades mais desiguais do mundo. O topo da pirâmide social, formado por 71.440 pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos, totalizou rendimentos de R\$ 298 bilhões e patrimônio de R\$ 1,2 trilhão em 2013. Essa minúscula elite (0,05% da população economicamente ativa) concentra 14% da renda total e 22,7% de toda riqueza declarada em bens e ativos financeiros. Esses extremamente ricos apresentam elevadíssima proporção de rendimentos isentos de imposto de renda³⁵.

Outra face da injustiça do sistema tributário brasileiro pode ser vista pelo fato de que, entre os 34 países da OCDE, apenas a Estônia não taxa a distribuição de lucros e dividendos. O Brasil segue o exemplo da Estônia é isenta totalmente os dividendos.

A assimetria tributária entre pessoas físicas e pessoas jurídicas no Brasil induz ao fenômeno da “pejotização” e faz com que os mais ricos paguem muito menos impostos de renda do que a classe média.

Da mesma forma, observe-se que, em média, a tributação total do lucro (integrando pessoa jurídica e pessoa física) chega a 43% nos países da OCDE (sendo 64% na França, 48% na Alemanha e 57% nos Estados Unidos). No Brasil, essa taxa é inferior a 30%.

Este cenário, cujas raízes remontam às reformas realizadas ainda na ditadura militar, foi ampliado a partir dos anos de 1990. Nenhum governo ousou mudar essa equação, que se transformou em fonte de degenerescência da estrutura tributária e em obstáculo para o crescimento econômico e a justiça fiscal.

Neste contexto de profunda injustiça tributária, no qual os ricos pagam menos impostos, não se justifica condenar os deserdados a pagarem os custos do desajuste fiscal recessivo.

É possível simultaneamente fazer justiça fiscal e justiça social: retomar o crescimento, ampliar a arrecadação, melhorar as finanças públicas, preservar o Estado Social e reduzir as desigualdades.

Será preciso abrir um amplo debate sobre o nosso sistema tributário, buscando aproximá-lo do praticado na maior parte dos países capitalistas. As balizas dessa transformação são aumentar o peso da tributação direta na arrecadação total, em detrimento da tributação indireta.

Aumentar a progressividade da tributação direta que, além de proporcionar justiça fiscal, fortaleceria a capacidade de financiamento do Estado, ao mesmo tempo em que se abririam espaços para a desoneração da produção e dos investimentos. Em termos mais específicos, destacam-se, dentre outras medidas³⁶:

- Repensar a estrutura do Imposto de Renda da Pessoa Física;
- Aumentar a alíquota máxima do imposto sobre grandes heranças e doações;
- Estabelecer imposto sobre grandes fortunas;
- Tributar lucros e dividendos recebidos por pessoa física;
- Tributar remessa de lucros para o exterior;

35 <http://www.valor.com.br/opiniao/4157532/jabuticabas-tributarias-e-desigualdade-no-brasil>

36 <http://www.ptnosenado.org.br/site/noticias/ultimas/item/48042-lindbergh-apresenta-nove-pontos-de-sua-propostas-para-reforma-tributaria-que-diminua-desigualdade-no-pais>

- Extinguir a isenção de juros sobre o capital próprio;
- Reformar a legislação do Imposto Territorial Rural.

6. DESTRAVAR OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

A retomada dos investimentos é condição fundamental para a recuperação do setor privado brasileiro, que fornece insumos e equipamentos para estes projetos.

Interessa estimular o avanço rápido dos investimentos em infraestrutura social, urbana e logística, pois devem ser a grande chave da retomada do crescimento nos próximos anos, dado que o consumo estará limitado pela queda da renda já ocorrida até o momento.

A busca por parcerias com o setor privado também pode servir para reduzir o impacto nas contas públicas, ao mesmo tempo em que compromete as empresas a participar do processo de elaboração e execução do investimento, gerando uma importante fusão entre planejamento privado e público. A utilização dos bancos públicos não deve ser minimizada neste processo, tanto como financiadores, como na forma de garantidores dos investimentos em infraestrutura.

O avanço das agendas estruturais deve ser feito de maneira ágil, mas sempre respeitando os preceitos de sustentabilidade ambiental e social, priorizando projetos de investimento que gerem mais empregos e receita para os setores mais afetados pela crise.

A rápida resolução das crises no setor de engenharia e petróleo e gás no Brasil também são fundamentais para a retomada do investimento.

7. FORTALECER O MERCADO INTERNO.

A expansão do mercado interno de consumo de massas é um dos pilares do ciclo de crescimento recente, e se constitui em importante vetor da impulsão do crescimento.

Além da necessária continua expansão das oportunidades de empregos qualificados, através da retomada do crescimento econômico e industrial, é fundamental que não se retroceda na política de valorização salarial, que gera retorno importante para o país do ponto de vista econômico e social.

A combinação de aumento do emprego, formalização e gastos sociais, fortalece o mercado interno de maneira sustentada, aumenta a receita pública e permite a manutenção do processo de transformação social por eles engendrado.

No período recente, a expansão do mercado interno de consumo de massas foi fruto do incremento da renda das famílias em decorrência da reativação do mercado de trabalho e das transferências de renda da Seguridade Social.

O fortalecimento do mercado interno deve ser calibrado com políticas comerciais e industriais para evitar que esse dinamismo econômico resulte e um aumento excessivo das importações.

8. PRESERVAR OS GASTOS SOCIAIS

O gasto social brasileiro se constitui em importante vetor da demanda agregada. Por seus efeitos multiplicadores, o sistema de proteção social se constitui em instrumento para, simultaneamente, impulsionar o crescimento e reduzir as desigualdades da renda.

Um incremento de 1% do PIB nos gastos com educação e saúde, por exemplo, gera crescimento do PIB de 1,85% e 1,70%, respectivamente; o aumento de 1% do PIB nos gastos dos programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Previdência Social eleva a renda das famílias de 2,25%, 2,20% e 2,10%, respectivamente; um choque de 1% do PIB no gasto com saúde, por exemplo, enseja uma diminuição de 1,5% no índice de Gini; entre as transferências, os gastos no BPC e no PBF são claramente os que mais contribuem para a queda da desigualdade (-2,33% e -2,15%, respectivamente)³⁷.

Neste sentido, deve-se rejeitar qualquer proposta que vise retirar (ou desvincular) recursos destinados aos investimentos sociais e aos serviços públicos, em particular aqueles com potencial dinamizador mais elevado.

A melhoria da gestão dos recursos pode ser fonte de economia de recursos para a União, desde que não impliquem redução da qualidade e do acesso aqueles que dependem dos serviços e benefícios. O combate as fraudes, aos desvios no “desenho” dos benefícios (que reduzem sua capacidade distributiva), e ao mau uso de recursos públicos, são políticas necessárias, independente da situação fiscal que nos encontramos.

A visão de curto prazo apresentada aqui (Volume I) tem por objetivo propor medidas concretas e urgentes para sairmos da crise. No segundo documento (Volume II) queremos discutir um projeto de desenvolvimento nacional voltado para a formação de uma sociedade civilizada, democrática e socialmente justa.

37 CASTRO (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, C. P. (2015). Não existe não haver alternativa. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 16, março (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- BELLUZZO, L.G. (2009). *Os antecedentes da tormenta*. São Paulo: UNESP.
- CACCIA BAVA, S. (2015). Pacto contra o rentismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 98, setembro
- CASTRO, J. Política social, distribuição de renda e crescimento econômico in: FAGNANI, E. & FONSECA, A (ORG). (2013–A). *Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: economia, distribuição da renda, e mercado de trabalho*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- CASTRO, J.A e Outros (2012). *Gasto Social Federal: uma análise da prioridade macroeconômica no período 1995-2010*. Brasília: IPEA. Nota técnica 9, junho.
- CONTI, B. (2015) Um tripé estático e um país que tenta movimentar-se. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 15, março (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- GUIMARÃES, SAMUEL. P. (2015). A ofensiva conservadora e as crises. *Carta Maior*, 18/08/2015.
- IMF (2014 a) *Legacies, Clouds, Uncertainties, World Economic Outlook*, October 2014 Washington D.C.: International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org>.
- MILIOS, J. (2015) *Austerity Isn't Irrational*. www.jacobinmag.com/2015/06/syriza-greece-austerity-neoliberalism-tsipras/
- OLIVEIRA, F. (2015). O ajuste esquizofrênico. *Carta Maior*, 22 de maio. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-ajuste-esquizofrenico/7/33550>
- PAULA, L.F. e SARAIVA, P. J. (2015). Regime de metas de inflação: algumas lições da revisão do “Novo Consenso” *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 20, junho (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- PRADO, A. (2015). *Gestão macroeconômica e Desenvolvimento*, *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 14, fevereiro (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- SALVADOR, E. (2015). Consequências das Renúncias Tributárias no Financiamento da Seguridade Social no Brasil. *Revista Plataforma Política Social e Desenvolvimento*, 19, maio (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>

Documento elaborado por iniciativa de:

Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento,
Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique
Brasil e Rede Desenvolventista

